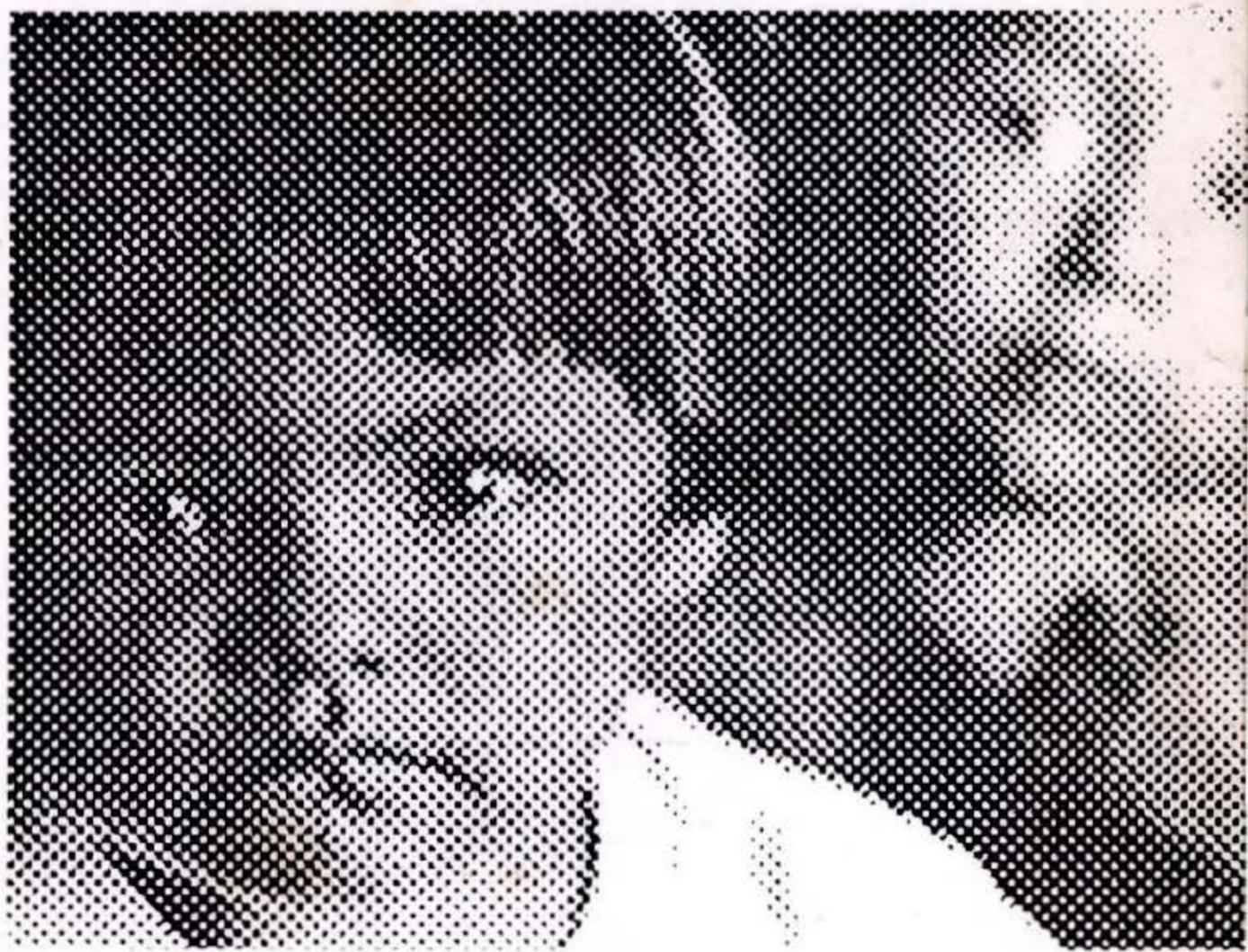


# Povos indígenas no Mato Grosso do Sul



**Viveremos  
por mais 500 anos.**

---

Olívio Mangolim

Conselho Indigenista Missionário Regional de Mato Grosso do Sul  
CIMI/MS

## **POVOS INDÍGENAS NO MATO GROSSO DO SUL**

**Viveremos por mais 500 anos**

Olívio Mangolim

Campo Grande – MS  
1993

© Copyright 1993 – CIMI/MS

Apoio: BISCHÖFLICHE AKTION ADVENIAT

CAPA: Gladston Machareth

FOTO DE CAPA: João Roberto Ripper – Criança Ofaié – 1991

PROGRAMAÇÃO VISUAL E ARTE FINAL: Zito Ferrari

REVISÃO: Pe. Alfeo Prandel CSSR

Cícero Roberto Lemos Castelluccio

José Genésio Fernandes

DATILOGRAFIA: Orle Gonçalves de Oliveira

COMPOSIÇÃO: Graphos

NORMALIZAÇÃO: Nilza Giantomassi

COLABORAÇÃO:

Equipe da Sede Regional do CIMI – Campo Grande, MS

Assessoria Jurídica do CIMI/MS

Equipe do CIMI – Diocese de Dourados

Equipe do CIMI – Diocese de Jardim

Equipe do CIMI – Diocese de Três Lagoas

Assessoria da Kaguatoca

FOTOLITO: Visão Fotolitos

IMPRESSÃO: Maluca Brindes Ltda

## FICHA CATALOGRÁFICA

MANGOLIM, Olívio

M743p

Povos indígenas no Mato Grosso do Sul: viveremos por mais 500 anos. / Olívio Mangolim. — Campo Grande, MS: Conselho Indigenista Missionário Regional de Mato Grosso do Sul, 1993.

120 p., 21 cm.

1 – Índio do Mato Grosso do Sul. I. Conselho Indigenista Missionário Regional do Mato Grosso do Sul. II. Título.

CDD – 980.4171

## DEDICATÓRIA

*Aos povos indígenas do Mato Grosso do Sul, que escreveram na memória uma história de sofrimento e luta, dedicamos este livro, escrito preferencialmente para as comunidades e Organizações Indígenas.*

*Devolvemos, através da escrita, a história que lhes pertence e estaremos juntos na luta para que suas terras sejam recuperadas e seu modo de ser e de viver sejam respeitados.*

*“Legítimos donos da terra-Mãe,  
terra mil vezes violentada,  
profanada com o arrastão,  
com sangue de mártir purificada!  
Marçal, teu povo continua na luta  
a caminho da terra sem males”*

*(Olívio)*

*“Vida renascendo das cinzas Ofaié  
Vida passando pela morte Kaiová  
Vida gerando no ventre Terena  
Vida buscando o Guató retornar  
A vida da terra que é vida  
A vida plena da terra Guaicuru”*

*(Olívio)*

5

A vida plena da terra  
A vida da terra que é vida  
Vida buscando o Guardador  
Vida gerando no ventre da terra  
Vida passando pela morte da terra  
Vida renascendo das cinzas da terra

(Oração)

# ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO 1</b> .....	
<b>ENTRE MORRER E MORRER, A OPÇÃO POR VIVER.</b> (Povos indígenas no Mato Grosso do Sul) .....	13
Mapa do Mato Grosso do Sul atual com as indicações de ocupação indígena na fase de transição da pré-história para a época histórica .....	14
Classificação dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul por tronco lingüístico ou por família lingüística .....	16
1. GUARANI .....	16
1.1... Contextualização .....	16
1.2... Religião, organização e vida na aldeia .....	19
1.3... Os Suicídios .....	23
1.4... Marçal de Souza: uma voz que não foi calada .....	24
2. GUATÓ .....	26
2.1... Caracterização .....	26
2.2... O enfrentamento com a pecuária extensiva .....	
..... A presença do Exército Brasileiro .....	29
2.3... O Período recente .....	30
3. KADIWÉU .....	33
3.1... Caracterização .....	33
3.2... O Tratado de 01 de Agosto de 1791 .....	33
3.3... Dom Pedro II e a Reserva .....	34
3.4... O Período recente .....	35
4. CAMBA .....	37
5. OFAIÉ XAVANTE .....	38
6. TERENA .....	43
6.1... A chegada dos ARUAK ao Brasil .....	43
6.2... Caracterização .....	43
6.3... Os Terena e a Guerra da Tríplice Aliança .....	46
6.4... Dependência ou Morte .....	46

## CAPÍTULO II

POSSUIDORES DE UM GRANDE TERRITÓRIO,  
HOJE POSSUÍDOS!  
LEGÍTIMOS DONOS DA TERRA, EXPOLIADOS!  
PORÉM, NÃO VENCIDOS!

(Situação fundiária e jurídica das áreas indígenas) .....	51
1. A política de aldeamento .....	53
1.1. . Aldear: forma eficaz para expandir a ocupação ..... no Estado .....	53
1.2... Aldear: a integração programada .....	53
1.3... Aldear: um verdadeiro curral de mão-de-obra .....	54
1.4... As conseqüências do aldeamento .....	54
2. O MAPA REAL DAS TERRAS INDÍGENAS EM 1993 ...	58
2.1. . O processo demarcatório de acordo com o ..... decreto nº 22 de 04/02/1991 que dispõe sobre ..... demarcação de terra indígena .....	61
2.1.1. Identificação .....	61
2.1.2. Delimitação .....	62
2.1.3. Demarcação .....	62
2.1.4. Homologação .....	62
2.1.5. Regularização fundiária .....	62
2.2. As Áreas Indígenas por municípios ..... e a situação atual .....	62
2.2.1.63 AMAMBAI .....	63
2.2.2. ANASTÁCIO .....	64
2.2.3. ANTÔNIO JOÃO .....	64
2.2.4. AQUIDAUANA .....	65
2.2.5. ARAL MOREIRA .....	65
2.2.6. BELA VISTA .....	66
2.2.7. BRASILÂNDIA .....	66
2.2.8. CAARAPÓ .....	66
2.2.9. CORONEL SAPUCAIA .....	67
2.2.10. CORUMBÁ .....	67
2.2.11. DOIS IRMÃOS DO BURITI .....	68
2.2.12. DOURADINA .....	68
2.2.13. DOURADOS .....	69

2.2.14. ELDORADO .....	69
2.2.15. JAPORÃ .....	70
2.2.16. JUTI .....	70
2.2.17. LAGUNA CAARAPÃ .....	70
2.2.18. MARACAJU .....	71
2.2.19. MIRANDA .....	71
2.2.20. NIOAQUE .....	73
2.2.21. PARANHOS .....	73
2.2.22. PONTA PORÃ .....	73
2.2.23. PORTO MURTINHO .....	74
2.2.24. ROCHEDO .....	74
2.2.25. SETE QUEDAS .....	74
2.2.26. SIDROLÂNDIA .....	75
2.2.27. TACURÚ .....	75
2.3. Quadro sinótico das áreas indígenas .....	77
2.3.1. Gráfico I .....	77
2.3.2. Gráfico II .....	77
2.3.3. Gráfico III .....	78
2.3.4. Gráfico IV – Áreas Indígenas por Povos ..... e Densidade Demográfica ..... (A relação pessoas/hectares) .....	79
2.3.5. Gráfico V – Situação geral das Áreas Indígenas .....	80
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>VIVEREMOS POR MAIS 500 ANOS</b>	
(O futuro destes povos) .....	81
1. As Organizações Indígenas na circunscrição do regional Mato Grosso do Sul .....	84
1.1. Definição de Organização Indígena	
LISTA DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS NO MATO GROSSO DO SUL .....	86
1.2. O ATY GUASU GUARANI .....	87
1.2.1. O nome da organização .....	87
1.2.2. Alcance .....	87
1.2.3. Início .....	87
1.2.4. Descrição do funcionamento .....	87
1.2.5. Prioridades .....	89

1.2.6. Formas de luta .....	89
1.2.7. Formas de relação direção-base .....	90
1.2.8. Formação dos quadros .....	91
1.2.9. Alianças étnicas e com setores populares .....	92
1.2.10. Forma de relação com o CIMI .....	92
1.3. O COMITÊ TERENA .....	93
1.3.1. O nome da organização .....	94
1.3.2. Alcance .....	95
1.3.3. Início .....	95
1.3.4. Descrição do funcionamento .....	95
1.3.5. Prioridades .....	96
1.3.6. Formas de luta .....	96
1.3.7. Formas de relação direção-base .....	97
1.3.8. Instâncias de direção .....	97
1.4. A KAGUATECA .....	97
1.4.1. O nome da Organização .....	97
1.4.2. Alcance .....	97
1.4.3. Início .....	98
1.4.4. Descrição do funcionamento .....	100
1.4.5. Prioridades .....	100
1.4.6. Formas de luta .....	101
1.4.7. Formas de relação direção-base .....	101
1.4.8. Formação dos quadros .....	102
1.4.9. Alianças étnicas e com setores populares .....	102
1.4.10. Instâncias de direção .....	103
1.4.11. Formas de relação com o CIMI .....	103
1.5. AS ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS .....	104
2. As alianças .....	106
3. Os verdadeiros defensores da ecologia .....	107
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>113</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>116</b>

# INTRODUÇÃO

A partir de 1988 surgiu no Conselho Indigenista Missionário – Regional do Mato Grosso do Sul (CIMI/MS) a idéia de se elaborar um livro sobre os povos indígenas do Estado. Finalmente chegamos ao término desta empreitada.

Esta obra pretende contribuir para a reflexão sobre este momento histórico em que se comemoram os 500 anos da resistência indígena, negra e popular. Quer ser também material histórico, da perspectiva dos oprimidos, de que professores e alunos, movimentos populares, Igrejas e antropólogos, poderão se servir para conhecer a realidade indígena no Mato Grosso do Sul (MS).

Este livro contém três capítulos: o primeiro tratará, separadamente, de cada povo indígena que habita o Mato Grosso do Sul: Guarani, Guató, Kadiwéu, Camba, Ofaié Xavante e Terena. Lastimavelmente são só estes os povos ainda hoje sobreviventes. Há menos de 200 anos, dezenas de povos indígenas ocupavam este Estado, mas foram dizimados durante o processo de ocupação da chamada civilização branca. No segundo momento analisaremos a situação jurídica e fundiária das áreas indígenas no Estado. Para fazer esta análise, a partir da constatação da situação atual, contextualizaremos o que significou para os povos indígenas a política de aldeamento. Finalmente, num terceiro momento, falaremos da perspectiva e da esperança destes povos: suas organizações, suas alianças, e uma palavra sobre ecologia.

O Estado do Mato Grosso do Sul abriga hoje a segunda maior população indígena do país (aproximadamente 51.000 índios) e isso tem muito a dizer. A política indigenista oficial (dos Municípios, do Estado e da Federação) é hostil aos povos indígenas. A sociedade branca em geral discrimina os povos indígenas. As terras deles, além de ainda não demarcadas, são insuficientes para a sua sobrevivência físi-

ca e cultura, mas eles insistem, exigem seus direitos. Esta teimosa resistência ensina à sociedade nacional o que significa ser dono do seu próprio destino.

Alguns Guarani-Kaiová suicidaram-se nos últimos três anos (73 casos confirmados no período de janeiro de 90 a dezembro de 92). A sociedade, como um todo, não poderá assistir a estes acontecimentos de braços cruzados. A omissão é a atitude política mais inadmissível que um ser humano poderá assumir diante de uma situação de morte planejada. Vivemos uma época em que todos os muros estão caindo. O muro da corrupção, da miséria e da vergonha, símbolo do Brasil, ainda não caiu. É preciso que ele caia e, com ele, todos aqueles que estão em cima do muro.

*“Nós índios não queremos tudo o que é nosso, senão o branco não teria onde morar, porque o Brasil era nosso. No Brasil tem lugar para todos nós: índios, trabalhadores rurais sem terra, seringueiros, pescadores, fazendeiros... Só que o fazendeiro, o latifúndio, não quer entender isso; ele quer tudo. E para isso ele mata quem estiver na frente”* (Lenino Cândido Terena).

O início desta história de cobiça e de derramamento de sangue no Mato Grosso do Sul se deu em 1524, quando a bandeira chefiada por Aleixo Garcia transpassou o coração do Centro-Oeste. Tendo sob seu comando um grande número de Guarani, cruzou o planalto de Maracaju e desceu pelo Mbotetey (nome com que os índios designavam o atual Rio Miranda) até a foz no Rio Paraguai<sup>(1)</sup>. Houve momentos de luta, de cedência, de tratados. Para cada momento, uma estratégia diferente que permitiu aos índios resistir estes primeiros 500 anos.

Olívio Mangolim

1993: Ano Internacional dos Povos Indígenas

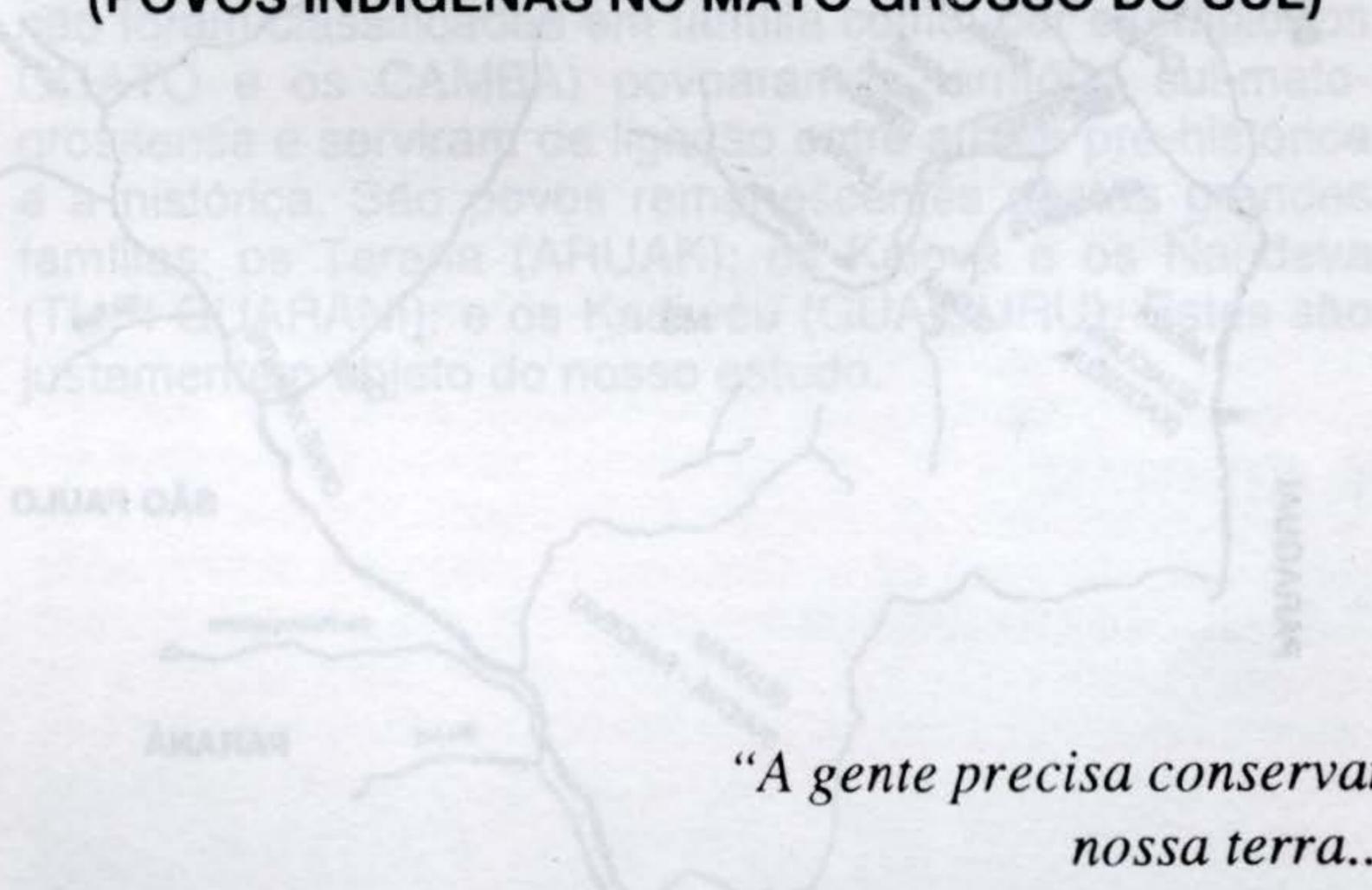
---

(1) RODRIGUES, J. Barbosa. **Histórias da terra matogrossense**. São Paulo: Editora do Escritor, 1983. p. 19-20.

# CAPÍTULO I

## ENTRE MORRER E MORRER, A OPÇÃO POR VIVER.

(POVOS INDÍGENAS NO MATO GROSSO DO SUL)



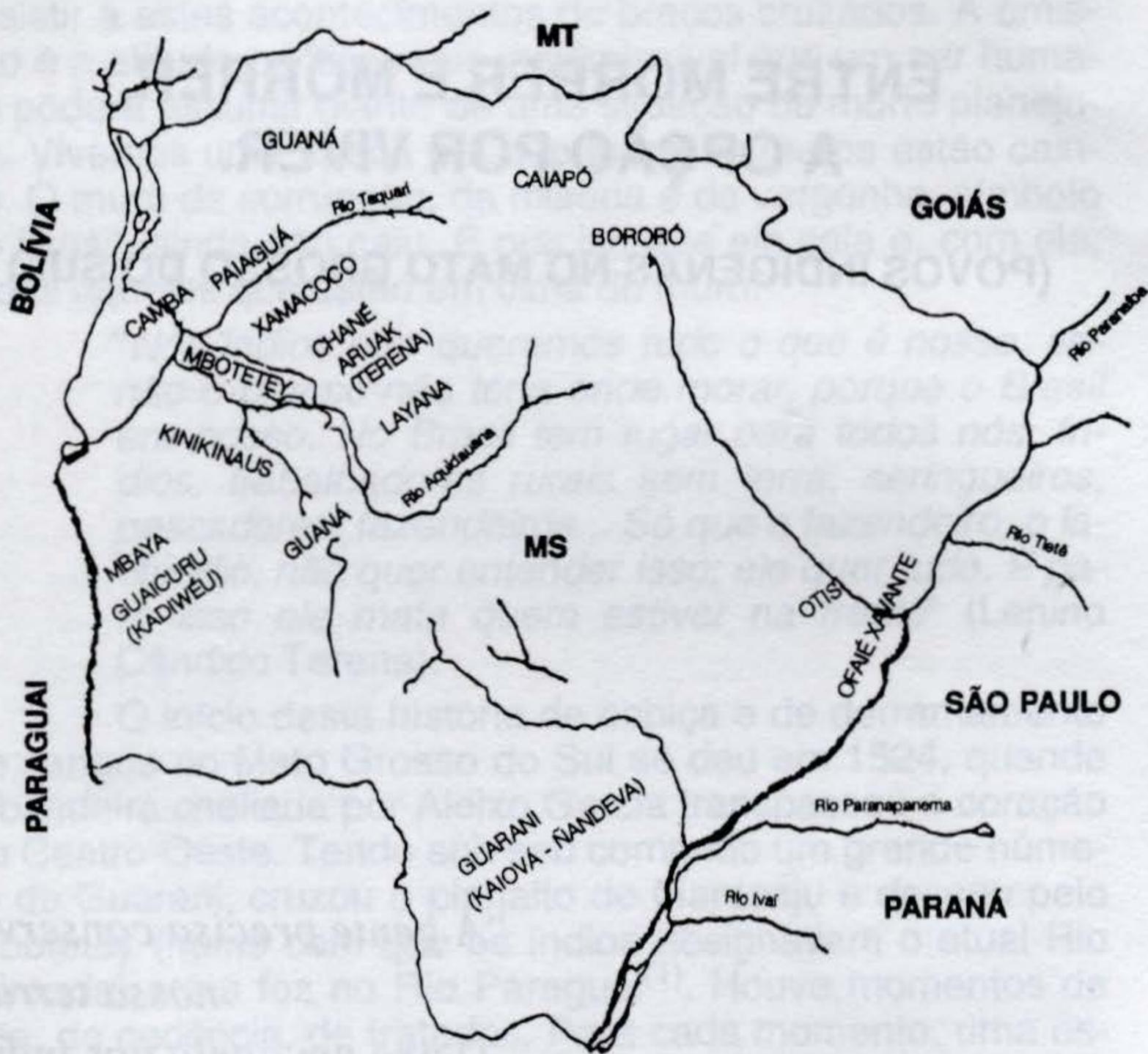
*“A gente precisa conservar  
nossa terra...*

*Deixo um apelo aos índios  
que moram na aldeia:*

*– Não abandonem a aldeia.*

*Não deixe de conservar sua  
cultura.” (Marta Guarani).*

# MAPA DO MATO GROSSO DO SUL ATUAL COM AS INDICAÇÕES DE OCUPAÇÃO INDÍGENA NA FASE DE TRANSIÇÃO DA PRÉ-HISTÓRICA PARA A ÉPOCA HISTÓRICA.



O território que hoje compreende o Mato Grosso do Sul já foi habitado por povos pré-históricos. Lécio Gomes de Souza assinala em seu livro "História de uma Região: Pantanal e Corumbá" os indícios desta ocupação: desenhos nas rochas e nos fósseis humanos que esporadicamente vêm sendo encontrados, vestígios de palafitas, inscrições rupestres<sup>(2)</sup>. Este trabalho não pretende recuperar a pré-história, esperamos que, outros o queiram fazer. No entanto, é fundamental para o nosso estudo mencionar que pelo menos três grandes famílias: ARUAK, GUAICURU, TUPI-GUARANI (além de outros povos cujas línguas não foram classificadas em família como, por exemplo, os GUATÓ e os CAMBA) povoaram o território sul-matogrossense e serviram de ligação entre a fase pré-histórica e a histórica. São povos remanescentes destas grandes famílias: os Terena (ARUAK); os Kaiová e os Nandeva (TUPI-GUARANI); e os Kadiwéu (GUAICURU). Estes são justamente o objeto do nosso estudo.

---

(2) SOUZA, Lécio Gomes de. **História de uma Região: Pantanal e Corumbá**. São Paulo: Resenha Tributária, 1973. v. 1: Pré-história tribos indígenas. p. 89-97.

# CLASSIFICAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO MATO GROSSO DO SUL POR TRONCO LINGÜÍSTICO OU POR FAMÍLIA LINGÜÍSTICA

TRONCO LINGÜÍSTICO	FAMÍLIA	LÍNGUA	DIALETO
MACRO-JÊ	Línguas não classificadas em família	Guató	
		Ofaié Xavante	
TUPI	TUPI-GUARANI	GUARANI	Kaiová
			Ñandeva
Línguas não classificadas em tronco	ARUAK	TERENA	
	GUAICURU	KADIWÉU	

## 1. GUARANI

### 1.1. Contextualização

Do tronco lingüístico Tupi, os Guarani, no Brasil, subdividem-se em três grupos: **Mbyá**, **Kaiová** e **Ñandeva**. Estes dois últimos grupos vivem no Mato Grosso do Sul. Aproximadamente 26.377 Guarani estão espalhados entre vinte pequenas reservas, muitas delas com problemas de limites (invadidas) e outras com processo na justiça ("*sub judice*"), ocasionando grande insegurança e desestruturação interna dos grupos<sup>(3)</sup>. Além dos índios aldeados, cal-

(3) Cf. no capítulo II, item 2.2, a relação das áreas indígenas com informação sobre a situação fundiária e jurídica.

Foto de João Roberto Ripper / Imagens da Terra



Índio Guarani-Kaiová desaldeado vivendo de artesanato no  
Entroncamento Nova Alvorada do Sul. 1991.

cula-se que 4.000 Guarani vivem desaldeados nas periferias das cidades e às margens de rodovias, sobrevivendo do artesanato. Eles mereceriam um estudo à parte pela gravidade do problema que enfrentam. Não é o caso deste estudo.

Os Guarani, há aproximadamente 200 anos, ocupavam quarenta por cento do território que hoje compreende o Estado do Mato Grosso do Sul. Segundo o padre jesuíta Meliá, os Guarani-Kaiová são o único grupo Guarani que mantém, até hoje, a noção de território próprio. O território deles se estende ao Norte até os rios Apa e Dourados e ao Sul até a serra de **Mbaracajú** e os afluentes do Rio Jejuí. Sua extensão Este-Oeste atinge uns cem quilômetros em ambos os lados da serra de Amambai<sup>(4)</sup>.

No processo de ocupação recente e, sobretudo, durante a exploração da erva mate, aos Guarani restou a acomodação em pequenas reservas. Hoje estas pequenas reservas continuam a ser invadidas, seus territórios sagrados são expoliados pelos saqueadores latifundiários e os Guarani ocupam menos de um por cento das terras no Estado.

Culturalmente os Guarani cultivaram a economia de reciprocidade, o que os colocou numa luta bastante desigual em relação ao avanço do capital agropecuário e assim não tardou que chegassem a situações de grande miséria. Tudo era realizado entre eles à base de trocas e não havia superfaturamento de qualquer produto ou bem. O contato com o branco explorador e com as leis de mercado desestabilizou o sistema Guarani e criou a mais cruel dependência.

---

(4) MELIÁ, Bartolomeu et. al. **Los Paí-Tavyterã**: etnografia Guarani del Paraguay contemporaneo. Assunção: Centro de Estudios Antropológicos, 1976. p. 183.

## 1.2. Religião, organização e vida na aldeia.

Os Guarani-Kaiová acreditam que foram os primeiros criados por Deus (Ñande Ru, "nosso Pai", ou Ñande Jára, "nosso Senhor") e, por isso, consideram-se os autênticos, os verdadeiros, em relação ao mundo dos brancos e dos outros Guarani. Utilizando nossa forma de classificar, diríamos que os Kaiová são os primeiros e, a seguir, pela ordem, viriam os outros grupos Guarani, os paraguaios e os brasileiros, a quem chamam de **karai**, **Mbaíry** (intrusos), **Ndyvaa** (que tem barba) ou **Mbaja**.

Os Kaiová, em geral, têm estatura maior que os Ñandeva. Sua alimentação baseia-se, tradicionalmente, no milho (alimento sagrado), mandioca e, hoje, também arroz. Fazem a chicha, uma bebida de milho cozido e fermentado, usado na alimentação, rituais e festas. Fazem controle de natalidade com ervas medicinais, espaçando o nascimento dos filhos, que geralmente se dá a cada dois anos. As mães fazem seus partos na aldeia e quase sempre sozinhas. Não há crianças abandonadas, pois são sempre adotadas por uma família; mas os "guachos", como são chamados, recebem tratamento diferenciado dos filhos legítimos. Até cerca de vinte ou trinta anos atrás, os Kaiová moravam em casas grandes (**Ogajekutu**, **Ogagua-su**), reunindo até cem pessoas da mesma família grande. Hoje, estas **Ogajekutu** cederam lugar a casas geralmente pequenas abrigando apenas a família nuclear, embora mantendo a proximidade territorial com os demais membros da família extensa (pais, filhos, genros, etc...) que, segundo o antropólogo (padre jesuíta) Meliá, continua sendo a base organizacional dos Kaiová.

Nesta organização, a autoridade é a pessoa de maior prestígio, geralmente homem e líder religioso. Para entender a estrutura político-social dos Kaiová, é preciso



Foto de Veronice Rossato

Filhos de Ládio Veron - Aldeia de Dourados. 1992.

esclarecer alguns elementos antropológicos do mundo Guarani. A sociedade Guarani é uma sociedade sem estado. Este povo não tem uma organização como a nossa. Seus valores são outros, sua democracia é outra. O núcleo fundamental da organização sócio-política Guarani é a família extensa, cuja chefia baseia-se no prestígio e na religiosidade. O sistema religioso é a estrutura ideal para os Guarani. É uma estrutura de prestígio e não de poder. O ideal de qualquer Guarani é ser um **Ñande Ru** ("nosso pai"), ou seja, um rezador, um líder religioso, o que lhe confere grande prestígio. Do **Ñande Ru** deriva um instrumento de governo e de comunidade que é a assembleia. Ela permite uma grande democracia, porque nela todos têm o direito de falar.

Daí a profunda contradição e conflito que se criou com a intromissão do Estado, introduzindo elementos novos em sua organização interna, principalmente a partir de 1910 com a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e, depois, com a Fundação Nacional de Assistência aos Índios (FUNAI). Entre os Kaiová do Mato Grosso do Sul, essa interferência se nota com muito mais evidência. Com o confinamento dos Kaiová em pequenas áreas, desrespeitou-se o primeiro elemento de sua organização: juntou-se, numa mesma área, muitas famílias extensas ou seja, muitas aldeias (tekoha) no mesmo espaço territorial (Tetã).

Desconsiderando as lideranças religiosas, os **Te-koharuvicha**, o SPI introduziu a figura do "capitão" para ser o chefe único de toda reserva como interlocutor exclusivo entre o Estado e a comunidade indígena, e com claros objetivos integracionistas.

Como o Guarani situa sua vida num espaço essencialmente mítico-religioso, absorveu estes elementos com uma passividade difícil de ser entendida pelo não ín-

dio. Mas tratou de se defender como pode: escondeu os seus rituais, camuflou o prestígio visível do **Nande Ru** e submeteu-se às formas de organização impostas de fora, para sobreviver. Recentemente com o apoio de indigenistas leigos e religiosos, os Kaiová estão conseguindo resgatar, como instrumentos de luta, seus principais valores tradicionais: a religião, a autoridade religiosa e familiar e a assembléia (Aty Guassu).

### 1.3. Os Suicídios

*“Hoje são os Guarani-Kaiová que estão se suicidando, amanhã serão os Terena e Kadiwéu, se o branco não devolver suas terras”* (Modesto Pereira Terena).

Nos últimos anos, têm aumentado assustadoramente os casos de suicídio entre o povo Guarani-Kaiová no Mato Grosso do Sul. Somente no ano de 1990 ocorreram trinta e um casos. Em 1991 somaram vinte e um casos. O ano de 1992 registrou número igual ao do ano anterior. A maior parte deles por enforcamento.

Antropólogos, psicólogos, entidades da sociedade civil e organismos governamentais têm procurado apontar as causas destes suicídios. A causa mais apontada tem sido a invasão das terras indígenas por fazendeiros. Algumas comunidades foram completamente expulsas de suas áreas. Os índios realizaram diversas tentativas de retorno e reocupação de suas áreas imemoriais, porém sem sucesso por causa da violência que sofreram por parte dos fazendeiros e seus jagunços, da polícia e até com a conivência do órgão indigenista oficial.

Em função disso, comunidades inteiras acabam superpovoando outras áreas. E aí nestas áreas constata-se outras causas para os suicídios: a presença de sei-

tas religiosas, o alcoolismo, o sistema educacional anti-cultural, o aviltamento da dignidade humana nas relações de trabalho (exploração da mão-de-obra indígena nas usinas de álcool e fazendas), miséria absoluta em algumas aldeias, a falta de terra para a realização plena da cultura Guarani, que são, na verdade, conseqüências da política indigenista oficial. Tudo isto aponta para a falta de perspectiva dos Guarani sobreviverem física e culturalmente. Sem perspectivas, apelam ao ato extremo dos suicídios, que precisa ser entendido como um apelo e apego a uma determinada maneira de ser e viver, uma atitude específica de vida Guarani.

A Área Indígena em Dourados, onde se registrou o maior índice de suicídios, tem sido alvo da atenção nacional e internacional, sem que isso signifique solução real para os problemas enfrentados pelos índios. Existe ali, para tornar a situação ainda mais crítica, a violência interna. Na década de 30, um grupo de índios Terena (família ARUAK), habitante de uma região mais ao norte do território Guarani, foi levado para a área indígena de Dourados pelo antigo SPI, com o objetivo de "civilizar" os Guarani-Kaiová ali localizados. A interferência deste grupo na área tem sido menosprezada, apesar do reconhecimento de que alguns Terena, pela sua própria organização sócio-cultural, bem como pelo maior contato com a sociedade nacional, conhecendo e manipulando melhor os valores da mesma, assumiram um papel de domínio junto aos demais grupos indígenas Guarani-Kaiová<sup>(5)</sup>.

Há, pelo menos, três causas a serem necessariamente destacadas, para um real estudo sobre os suicídios Guarani na busca de encaminhamentos: a) a questão das terras; b) a violência interna nas áreas indígenas e a polí-

---

(5) FUNAI. Relatório. Brasília: 1984. (mimeografado)

cia indígena; e, c) a escolha do parceiro para o casamento. A primeira diz respeito ao espaço para a sobrevivência física e cultural. Foi o que o CIMI procurou acentuar em seu relatório ao ministro da Justiça e ao presidente da República em abril de 1991<sup>(6)</sup>. Hoje se constata a presença de muitos brancos e mestiços ocupando áreas indígenas, e até arrendamentos em terras indígenas, numa afronta direta à Constituição Federal, em prejuízo do povo Guaraní-Kaiová. Da segunda têm-se apenas notícias, através de reportagens na imprensa. São declarações de índios que ainda não foram averiguadas sistematicamente. Sobre a terceira, há muitos comentários nas aldeias de que moças apaixonadas por um rapaz são obrigadas a se casarem com outro escolhido por seu pai. É necessário um estudo profundo destas causas para que não ocorram distorções ao se falar no assunto, e, também, para que se chegue a uma solução para o caso.

#### **1.4. Marçal de Souza: Uma voz que não foi calada.**

Marçal, o banguela dos lábios de mel, como é carinhosamente chamado, é o símbolo da luta Guarani no Mato Grosso do Sul. Sua vida foi ceifada num momento em que o movimento indígena apresentava-se forte e fazia frente às armas poderosas do latifúndio num confronto organizado, porém, sem enfrentamento.

Em 1980, na cidade de Manaus, Marçal, dirigindo-se à Sua Santidade o papa João Paulo II, expressou o sentimento indígena assim:

---

(6) CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Os suicídios entre os Kaiová**. Brasília: 1991. (mimeografado)

*“Somos uma nação subjugada pelos potentes, uma nação que está morrendo aos poucos, sem encontrar o caminho, [...] nossas terras são invadidas, nossas terras são tomadas, os nossos territórios são diminuídos, não temos mais condições de sobrevivência. [...] A nossa voz é embargada por aqueles que se dizem dirigentes desse grande país”<sup>(7)</sup>*

Entre o seu povo e para todos os povos indígenas do Brasil foi o grande profeta que falava com voz forte:

*“Nós não podemos ter medo. Porque nós estamos na nossa pátria. Estamos na nossa terra. Nossos pais nasceram aqui. Não podemos pensar no tempo porque é muito longo, a história da nossa gente. Então nós temos que gritar, [...] não se esmoreçam, não desanimem”<sup>(8)</sup>. “Quero que prestem muita atenção, que ouçam e meditem minhas palavras. Façam vocês o que nós fazemos, unam-se e façam-se fortes”<sup>(9)</sup>.*

Sempre ao lado de seu povo, esse homem, Deus Pequeno, enfermeiro, líder, muitas vezes anunciou sua própria morte:

*“Eu sou uma pessoa marcada para morrer. Mas por uma causa justa a gente morre. Alguém tem*

---

(7) SOUZA, Marçal. Discurso em Manaus ao papa João Paulo II. In: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO – SECRETARIADO NACIONAL. **Dossiê Marçal Tupã-I**. Brasília: 1980. v. 1, p. 12.

(8) \_\_\_\_\_. Assembléia de chefes indígenas, 8, em 16 a 18/04/77. In: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO – SECRETARIADO NACIONAL. **Dossiê Marçal Tupã-I**. Brasília: 1980. p. 3.

(9) \_\_\_\_\_. Carta aos Guarani de Misiones Argentina de 20/10/82. In: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO – SECRETARIADO NACIONAL. **Dossiê Marçal Tupã-I**. Brasília: 1980. p. 18.

*que perder a vida por uma causa*"<sup>(10)</sup>.

Jamais se curvou diante das ameaças e afirmou:

*"Quem luta por uma causa não tem tempo de pensar em si, mas por seu povo"*<sup>(11)</sup>.

A morte de Marçal não marcou o fim de sua luta. Ela continua viva no seio de seu povo. O Guarani não perdeu a força de luta. O pedido de Marçal foi escutado por seu povo.

## 2. GUATÓ

### 2.1. Caracterização

Estes índios canoieiros, viveram e vivem nas cercanias das grandes lagoas e dominaram, por longo tempo, extenso trecho do Rio Paraguai e parte do antigo curso do Rio São Lourenço. Profundos conhecedores das baías Uberaba, Gaíva e Mandioré, orientavam-se perfeitamente no intrincado labirinto de furos, corixos, vazantes e desaguadouros, onde outros navegadores se perderiam facilmente, mesmo com os melhores instrumentos de orientação.

Sua filiação lingüística é ignorada, há somente uma indicação de que sejam um sub-grupo da grande nação Guaicuru<sup>(12)</sup>, constituindo-se um grupo independente.

---

(10) SOUZA, Marçal. Carta aos Guarani de Misiones Argentina em junho de 1980. In: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO – SECRETARIADO NACIONAL. **Dossiê Marçal Tupã-i**. Brasília: 1980.

(11) \_\_\_\_\_. Assembléia indígena, 14 em 26/06/1980. In: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO – SECRETARIADO NACIONAL. **Dossiê Marçal Tupã-i**. Brasília: 1980. Contra-capá.

(12) SERRA, Ricardo Fernando **apud** SGANZERLA, Alfredo. **A história do Frei Mariano de Bagnala**: missionário do Pantanal. Campo Grande, MS: FUCMT, 1992. p. 276.

O dialeto em que se expressam é doce, sem muitos fonemas aspirados e sem identidade com o das nações indígenas vizinhas ou sequer com os das famílias lingüísticas conhecidas.

Seu principal rival foi a nação Paiaguá, também canoieiros como eles. Por inúmeras vezes os Paiaguá invadiram e atacaram o território Guató desrespeitando as regras do bem viver.

Os Guató são hábeis caçadores e atacavam as onças, preferencialmente, em seus esconderijos. Cada onça abatida dava-lhes o direito à posse de uma companheira. Conta-se alguns chefes que chegaram a possuir mais de uma dezena de mulheres, dentro do regime de poligamia que adotavam.

Dedicaram-se à agricultura, levantando taboleiros às margens dos rios e das lagoas, ao que se deu o nome de "*aterrados*". Plantavam mandioca, milho e cereais de outras espécies, e colhiam nas matas o que mais lhes era necessário à subsistência, como folhas, frutos e mel. Da palmeira acuri obtinham uma bebida fermentada para as festas e rituais. Do rio utilizavam o peixe e o jacaré como base da alimentação.

Os Guató foram os únicos habitantes da Ilha Insua/Bela Vista do Norte/Porto Índio, localizada no ponto extremo noroeste do Mato Grosso do Sul, na fronteira com a Bolívia, em pleno pantanal mato-grossense, até 1925, quando começaram a ser expulsos pelo corumbaense Miguel Gatass e seus herdeiros que introduziram ali a pecuária extensiva.

Estes índios caracterizam-se por viverem dispersos. Tal hábito se deve à sua forma de organização social: baseada, não no aldeamento, mas na existência de famílias nucleares autônomas espalhadas pelo território que o-

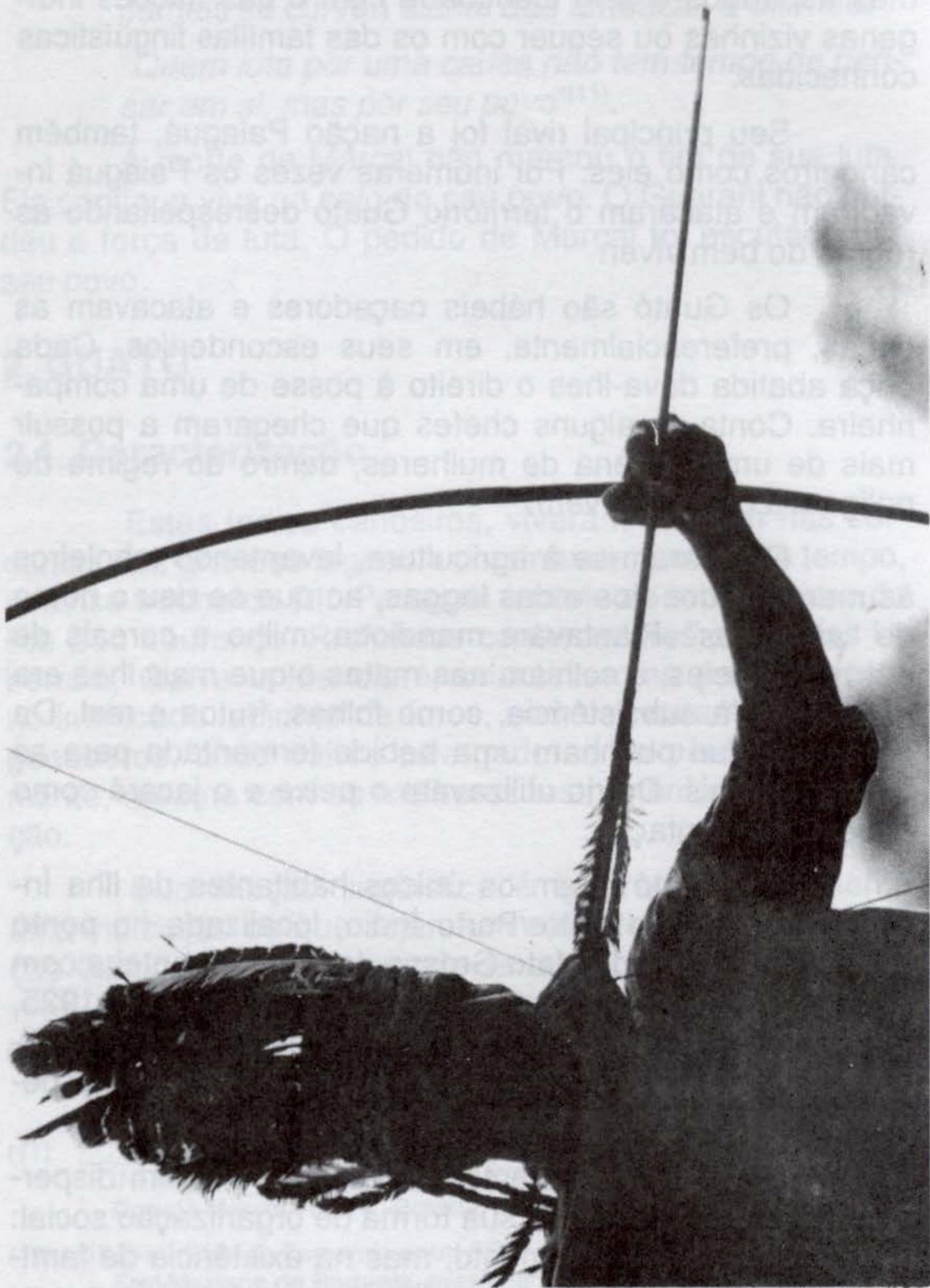


Foto de João Roberto Ripper

**Índio Guató de Corumbá. 1991.**

cupam. No entanto esta dispersão aumentou de maneira significativa com a expansão agropastoril no interior do pantanal e motivou, junto aos Guató, o processo migratório urbano e o surgimento de intenção de aglutinação. Hoje sabemos da existência dos Guató no território pantaneiro, referido acima, e também na periferia da cidade de Corumbá.

## **2.2. O Enfrentamento com a pecuária extensiva. A presença do Exército Brasileiro**

Em 1925 chegou à Ilha Ínsua, o não-índio, Eulálio Soares (proveniente de Miranda e conhecido também como Dom Cholô). Casou-se com uma índia Guató e iniciou o plantio de roças e a criação de gado. Em seguida foi efetuada a abertura de um porto na ilha. Tempos depois também se instalou ali o senhor Miguel Gatass (vindo de Corumbá). Iniciou uma criação extensiva de gado.

Em 1950 o Exército Brasileiro, considerando a Ilha um lugar estratégico, na divisa do Brasil com a Bolívia, instalou nela um destacamento militar.

No ano de 1961 era total o domínio dos Gatass sobre a ilha, e Dom Cholô teve que se mudar para fora dela. A técnica usada por esta família, para a expulsão dos Guató, consistia em permitir que o seu gado destruísse as plantações dos mesmos e em cortar-lhes o fornecimento de mercadorias.

A posse legal da ilha foi requerida duas vezes pelo velho Cholô, sem êxito. Também os Gatass não possuíam documentação definitiva da mesma. Miguel Gatass deixou a ilha como herança a Milton Augusto Pessoa, casado com uma mulher da família Gatass. Entretanto, a

partir de 1978, o Exército moveu uma ação judicial, contra o senhor Milton Augusto Pessoa, requerendo a ilha como propriedade do Estado. A justiça deu ganho de causa ao Exército, que hoje detém o controle sobre a mesma, o senhor Milton Augusto Pessoa mantém ali sua criação de gado por um acerto de arrendamento com o Exército.

### **2.3. O Período recente**

Notícias a respeito dos Guató se têm graças aos levantamentos feitos pela equipe indigenista missionária de Corumbá, que fez uma expedição à Ilha em outubro de 1977, para auxiliar o técnico em indigenismo Jamiro Batista Arantes. Ele desenvolveu uma expedição em novembro de 1977, graças ao antropólogo Noraldino Vieira Cruvinel, que realizou uma expedição em março de 1978, e ao antropólogo Paulo Alves Cardoso, que fez um detalhado levantamento da situação Guató e de suas reivindicações em 1985. O CIMI esteve na última expedição em 1990 e acompanha sistematicamente o povo que recentemente criou a Associação dos Índios Canoeiros do Pantanal, sediada em Corumbá onde aproximadamente 400 Guató aguardam a demarcação física da Ilha para retornarem.

O fluxo migratório está diretamente relacionado à ação desenvolvida por fazendeiros, posseiros e, num certo sentido, foi reforçado pelo Instituto Estadual de Controle Ambiental (INAMB, atual Polícia Florestal). A atuação dos fazendeiros e posseiros tem se dado de maneira clássica: apropriação e usurpação das áreas ocupadas pelas famílias Guató. Ou as famílias se agregam como fornecedoras de mão-de-obra semi-servil à dinâmica do capital representado pela empresa agropastoril ou se vêem na contingência de migrar para o meio urbano. As famílias que não se submeteram à empresa agropastoril e nem se transferiram para o meio urbano, foram obrigadas a se dispersa-

rem pelo interior do pantanal, numa atitude de isolamento que significa mera tentativa de sobrevivência.

A situação dessas famílias que se dispersaram pelo interior do pantanal tem-se agravado. Grande parte da dieta alimentar dos Guató baseia-se na caça e na pesca. A atuação da Polícia Florestal é no sentido de proibir a caça e a pesca predatória, visando principalmente os caçadores de jacarés (chamados de "*coureiros*"). Não raro têm sido os Guató confundidos pelos agentes da polícia como "*coureiros*". Tal situação tem criado constrangimento entre os Guató, visto que vez por outra eles têm sido presos e castigados como "*coureiros*", quando, na realidade, estão utilizando o jacaré como alimento e não como objeto de comércio.

As famílias que migraram para o meio urbano têm sido vítimas de um nítido processo de proletarização transformando-se em meras criadoras e fornecedoras de mão-de-obra desqualificada e de força de trabalho. Quanto às suas condições de trabalho, moradia, alimentação, saúde e educação, assemelham-se aos segmentos mais carentes e explorados da sociedade. A maioria dos Guató que trabalham em Corumbá são sub-empregados ou são biscoiteiros, não possuindo vínculo empregatício estável. O índio Severo Ferreira, atual Líder Guató, casado, é o único autônomo e possui uma oficina para consertos de bicicletas. A índia Josefina Alves, 66 anos, viúva, é a única Guató que busca garantir seu sustento através do artesanato.



Foto de João Roberto Ripper / Imagens da Terra

Josefina Guató. 1991

32

### **3. KADIWÉU**

#### **3.1. Caracterização**

São os últimos remanescentes da grande família Mbayá-Guaicuru, um povo semi-nômade que habitava a região da bacia do Rio Paraguai. A grande família Guaicuru era distribuída no grande "chaco" e compreendia, entre outras nações indígenas, os Abyón, Mocovi, Toba, Pilaga, Paiaguá, e Mbayá, que ocupavam o território mais setentrional.

Os Mbayá dividem-se em vários sub-grupos, um dos quais, os Cadiguedodis, tem como representantes contemporâneos, os Kadiwéu. Habitantes do território compreendido desde o Rio Apa até o Rio Paraguai, já a partir do século XVI domesticaram o cavalo e o utilizaram não somente para a caça, mas também para as montarias, o que permitiu sua expansão e domínio sobre outras nações indígenas. Hábeis cavaleiros e exímios guerreiros, não permitiram jamais a expansão européia na região através das expedições portuguesas e espanholas, sendo várias as narrativas de embates com baixas dos exércitos.

As perdas foram tão grandes para a Coroa Portuguesa, que, em 1791, firmaram o único "*tratado de perpétua paz e amizade*" entre uma nação indígena e a Coroa Portuguesa registrado pela nossa história.

#### **3.2. O Tratado de 01 de Agosto de 1791**

Tamanho era o domínio Mbayá-Guaicuru na região que, naqueles dias, quem contasse com sua aliança conquistaria o curso do médio Rio Paraguai até então disputado por Espanha e Portugal, mas efetivamente ocupado pelos índios. Este tratado foi firmado com grande festa

na capital da província, Vila Bela, entre caciques e o capitão-general governador da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres e pela melhor gente da capital, com todas as regalias de uma aliança entre nações soberanas. Iniciou-se então um novo modelo de embate entre o povo Guaicuru e o estado existente.

O tratado de 1791 firma a paz entre os Guaicuru e a Coroa Portuguesa. A consequência principal desta aliança foi incorporarem-se ao Brasil as terras desde o Rio Miranda ao Rio Apa, até então disputadas por espanhóis e portugueses, equivalentes em área ao Estado do Espírito Santo e que Solano Lopes mais tarde quis retomar.

Outro resultado prático foi levar a Cuiabá os enormes rebanhos de cavalo e gado dos Guaicuru e fixar na margem oriental do Paraguai as nações indígenas por eles dominadas, como os agricultores Guaná que se tornariam os primeiros produtores de gêneros alimentícios e a mais importante reserva de mão-de-obra para a ocupação, ulterior, do sul do Mato Grosso. Aos Mbayá restou a perda do seu domínio e a sua decadência, impostas pelos brancos.

### **3.3. Dom Pedro II e a Reserva**

Dom Pedro II fez a doação da Reserva Kadiwéu que corresponde aos seguintes limites: ao poente, o Rio Paraguai; ao sul a cabeceira do Rio Aquidaban na serra da Bodoquena; ao norte, a cabeceira do Rio Niutaca e dali até sua barra com o Rio Nabileque, seguindo depois até a barra deste com o Rio Paraguai.

Em 1899, a pedido do marechal Rondon, o governador Dr. Alves de Barros mandou proceder à medição e demarcação das terras Kadiwéu. Em 23/02/1900 Barros

Maciel conclui a medição. Em 07/08/1903 o governador aprovou a medição que "*reserva as ditas terras em usufruto aos índios Kadiwéu = 378.780 hectares*". Um decreto sob nº 54, de 09/04/1931, do governador do Estado de Mato Grosso, ratifica a posse e usufruto.

### **3.4. O Período Recente**

Em 1957, numa manobra espetacular, a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso decretou a anulação dos decretos anteriores. Muitos deputados e seus parentes se apropriaram das terras indígenas. Entre os deputados estava Rachid Mamed (foi a chamada "*lei de confisco e usurpação*"). Porém, o então governador, João Ponce de Arruda, negou-se a sancionar a lei, declarando-a inconstitucional e imoral.

Em 1980, depois de encerrado o grande conflito da década de 70 entre índios, posseiros e fazendeiros, que teve como saldo a morte de muitos posseiros e índios, a FUNAI procedeu a uma nova medição e incorporou mais 140.925 hectares (condomínio Nabileque), somando 538.536 hectares demarcados pelo Exército Brasileiro em convênio com a FUNAI, área esta que está homologada e registrada em Cartório de Imóveis e no Departamento de Patrimônio da União. A diferença a mais na última medição é perfeitamente compreensível já que o Exército utilizou-se de aparelhagens modernas que possibilitaram maior precisão.

Esta Reserva Indígena viveu grandes conflitos desde o Império até hoje. Na busca de soluções, a Delegacia Regional da FUNAI de Campo Grande oficializou muitos contratos de arrendamentos das terras indígenas (ilegais e inconstitucionais), havendo hoje mais de noventa e seis fazendas que ocupam a grande maioria das ter-

ras. Posteriormente à Nova Carta Constitucional de 1988, a FUNAI propôs inúmeras ações de despejo de fazendeiros, e estão tramitando na Justiça Federal de Campo Grande. Por outro lado alguns fazendeiros, que não aceitaram a medição e a demarcação feitas pelo Exército, propuseram uma ação originária com intuito de anular a demarcação e homologação e, com isso, desmembrar 190.000 hectares, apoiados, inclusive pelo Estado de Mato Grosso do Sul que considera poucos os índios para tanta terra. Esta ação tramita hoje no Supremo Tribunal Federal.

Hoje há pouco mais de 1265 Kadiwéu sobrevivendo na reserva, onde é difícil o acesso de brancos. Os conflitos continuam. Preservam muito de sua cultura: mitologia, lendas, pastoreiro, caça, coleta, cerimônias e artes. Como atividades de subsistência, cultivam sobretudo milho, arroz, feijão e mandioca em pequenas roças de 0,5 a 1,0 hectare; são utilizados também como mão-de-obra pelos próprios fazendeiros que ocupam a área. Até a promulgação da nova Carta Magna em outubro de 1988 a FUNAI gerenciava todos os contratos de arrendamentos e garantia que estes recursos fossem para a subsistência dos índios e outras obras de infra-estrutura. O que se vê na reserva, porém, são os mesmos prédios antigos da escola, da enfermaria e do posto, que se degeneram com o tempo.

Em maio de 1989, os Kadiwéu criaram a Associação das Comunidades Indígenas da Reserva Kadiwéu (Acirk) e passaram eles mesmos a gerenciar os contratos de arrendamentos. No entanto, devido a vários fatores, alheios à cultura indígena, sabemos que inúmeras dificuldades têm surgido com a associação, tanto no que se refere à participação e interferência de não-índios ligados ao órgão oficial, quanto da administração da mesma e também

no que se refere à distribuição da renda.

É riquíssima também a arte Kadiwéu. Eles trabalham muito a cerâmica que se torna meio de subsistência de pequenos grupos.

#### 4. CAMBA

Os Camba (também chamados pela sociedade civil de "*campesinos*") são um povo de origem boliviana vivendo na periferia da cidade de Corumbá em extrema situação de pobreza.

Em 1977, uma equipe de pastoral indigenista fez contato com o grupo e estimou-o em 2.000 índios, todos vivendo a mesma tragédia. Vivem no São Francisco, um reduto ao pé do morro no bairro Cristo Redentor, na periferia da cidade de Corumbá. Aí nesta cidade sofrem dupla discriminação: por serem bolivianos e indígenas.

Freqüentemente são chamados pelos bolivianos de Puerto Suarez de "*índios sem terra*", o que de certo modo não deixa de ser verdade. O próprio termo "*Cambar*" (de cambiar) quer dizer: mudar de rumo, passar de um lado para outro<sup>(13)</sup>. Esse elemento cultural, o nomadismo característico de dezenas de povos indígenas, favorece a "*verdade mentirosa*" de muitos governos de que não há terras, ou "*não é necessário terra*" para a sobrevivência física e cultural dos índios. Ignoram, estes servidores do grande capital internacional, a riqueza das culturas e passam assim a eliminá-las uma após outra. E o processo se dá pela migração forçada rumo à cidade.

O que antes era um encontro com a vida, porque a migração acontecia somente dentro dos limites do gran-

---

(13) PENTEADO, Yara. **A condição urbana**. Brasília: Universidade de Brasília, 1980. p. 57.

de território indígena, transforma-se no encontro com a morte num pequeníssimo espaço de terra, um quintal, um barraco na periferia. Desaldeados e sem nenhuma perspectiva, este povo está fadado ao desaparecimento. Se alguém não tomar alguma providência este será o destino do povo Camba.

## 5. OFAIÉ XAVANTE

Antigamente os Ofaié viviam da caça, pesca e coletas de frutas e mel<sup>(14)</sup>. A nação indígena Ofaié há séculos convive com a violência, a perseguição, massacre e extermínio<sup>(15)</sup>. É o que nos conta Ataíde Francisco Rodrigues, Índio Ofaié Xavante, neste discurso:

*“Até uns anos atrás o meu povo Ofaié Xavante vivia sossegado. Tinha muita caça, pesca e mel. Não tinha nenhum invasor. O Ofaié vivia na maior felicidade. Tinha a sua cultura e sua dança. Eram Ofaié saudáveis. Onde os Ofaié viviam era às margens do Rio Paraná. Os Ofaié conheciam palmo a palmo esta região. Sem menos esperar, um dia, chegaram os primeiros colonizadores que começaram a invadir as terras mato-grossenses. E dentro delas os Ofaié que foram friamente chacinados. As crianças foram degoladas enquanto outras foram trocadas por uma camisa ou um quilo de arroz. Também com a chegada desses invaso-*

---

(14) Para um conhecimento mais aprofundado da vida, costumes e a história do povo Ofaié recomendamos a leitura de CIMI/MS. **Ofaié, o povo do mel**. 1991.

(15) Para uma compreensão exata do que significou o processo violento, perseguição, massacre e quase extermínio de um povo recomendamos a leitura de:

DUTRA, C. A. dos S. **Ofaié Xavante ainda estamos vivos**. Cadernos do CEAS, n. 121, p. 31-40, maio/jun., 1989. Idem CIMI/MS. **Relatório Ofaié Xavante**. 1987.

Foto de João Roberto Ripper



**Ataide Francisco Ofaié. Brasilândia. 1991.**

*res trouxeram doenças incuráveis. E meu povo morreu. Sarampo. Anemia. Pneumonia e tuberculose, enquanto outros foram vítimas de cachaça. Os brancos iam entrando nas terras como se elas não tivessem donos. Sem dúvida alguma o invasor viu o Ofaié nas margens do Rio Paraná. Por isso que os Ofaié foram perseguidos, acusados de comer a vaca do fazendeiro. Infelizmente isto só serviu para intimidar o sossego do povo Ofaié. O povo Ofaié foi massacrado friamente. O sangue dos Ofaié molhou a terra nas margens do Rio Paraná. Os esqueletos dos Ofaié foram deixados no solo, foram jogados como os de um bicho qualquer.*

*Hoje nossos planos são grandes: conservar o idioma e tentar renascer a nossa cultura. Estamos cansados de ser chamados de preguiçosos. Queremos terra já! Vocês brancos não precisam preocupar com a vida e sua maneira de viver. Se vocês são capitalistas isso é necessidade de vocês. Não comparem os índios com o capitalismo, porque somos diferentes, muito diferentes. Vocês brancos têm tudo e nós, os índios, não temos nada. Vivemos só fugindo do extermínio. Só resta uma caminhada para nós: conquistar a nossa terra que nos roubaram criminosamente nesta região de Brasilândia."*

Habitantes e legítimos donos de um grande território, construía seus acampamentos à beira dos rios, ocupando uma grande área, que ia do Rio Sucuruí até às nascentes dos Rios Vacaria e Ivinhema. No final do século passado, a população Ofaié era estimada em mais de 2.000 pessoas, sofrendo uma grande redução no início deste século.

Alguém já afirmou, com certeza, que para o capitalismo não existem barreiras. E o resultado do avanço deste demônio moderno é a destruição dos povos e de sua cultura, das riquezas naturais... etc. É a dolorosa verdade mentirosa que negligencia aos homens o direito de serem felizes. Vítimas deste caminho tortuoso, os Ofaié perambularam de 1880 até hoje, de um lado para outro no Mato Grosso do Sul para não serem exterminados de vez, como povo diferenciado.

Já no início deste século, bastante reduzidos, procuraram a região da mata onde ficavam mais protegidos. Estratégia de sobrevivência. É impossível enfrentar o inimigo de frente. As forças da morte são maiores. No entanto os Ofaié resistem.

Em 1910 foi criado o SPI. Em 1967 foi transformado em FUNAI. Em quase um século de atuação o órgão oficial, que deveria dar proteção aos índios, nada fez de concreto para resgatar a dívida para com os Ofaié Xavante. Ao contrário, em 1978, numa atitude de conivência com a classe oligárquica rural de Brasilândia, a FUNAI retirou os Ofaié de seu território tradicional e os levou para a conflitiva região de Bodoquena, onde índios e posseiros disputam com fazendeiros a posse e o arrendamento das terras da Reserva Indígena Kadiwéu. Ali os Ofaié sofreram o abandono por parte da FUNAI e a violência por parte dos fazendeiros.

Em 1985 os Ofaié receberam um aliado: O CIMI. Uma aliança concreta. Através do missionário Carlos Alberto dos Santos Dutra, de lá para cá, o CIMI esteve sempre presente junto aos Ofaié, animando a comunidade, divulgando sua causa, fazendo novos aliados e, junto com os índios, empreendendo a luta para atingir o objetivo maior: reconquistar o território Ofaié que possibilitará a sobrevivência física e cultural deste povo.



Foto de João Roberto Ripper

**Índio Ofaié. Brasilândia. 1991.**

42

## **6. TERENA**

### **6.1. A chegada dos ARUAK ao Brasil**

Em toda literatura clássica, as referências aos Terena os situam como pertencentes aos povos ARUAK. Hoje já se tem certeza de que o alto Rio Negro foi o corredor pelo qual vieram os povos ARUAK. As teses sobre a origem destes povos os situam como originários das planícies colombianas e venezuelanas. Recentemente surgiu uma outra que os dá como originários dos varjões do Equador – os famosos “*llanos*”. Esses povos agricultores, caminhando na direção do sol nascente, procuravam melhores terras para a sobrevivência de suas famílias. Houve uma grande dispersão dos ARUAK pelo Brasil. Hoje encontramos nações da família ARUAK como os Terena, no Mato Grosso do Sul, os Pareci e Salumã ou Enauenê-Nauê, no Mato Grosso; os Mehinaku, Wayrá e Yawalapiti, no Parque do Xingu, também neste Estado. No Acre e sudoeste do Amazonas, na região do alto Juruá, os Kampa. Ao norte do Amazonas, na região do Rio Içana, afluente do Rio Negro, ainda estão os Baniwa do Içana, os Warekéna, os Tariana e os Baré. No alto Rio Negro vivem os Mandawáca e os Yabaána, da região dos rios Canabori e Padaviri. E, finalmente, em Roraima, ao norte de Boa Vista, vivem os Wapixana.

### **6.2. Caracterização**

Por serem povos agricultores e de índole pacífica, os ARUAK quase sempre foram submetidos por outras nações mais guerreiras, como aconteceu com os Terena no Mato Grosso do Sul. Por uma tática de sobrevivência, aceitavam com facilidade as regras do dominador sendo este um dos motivos de uma certa descaracterização dos

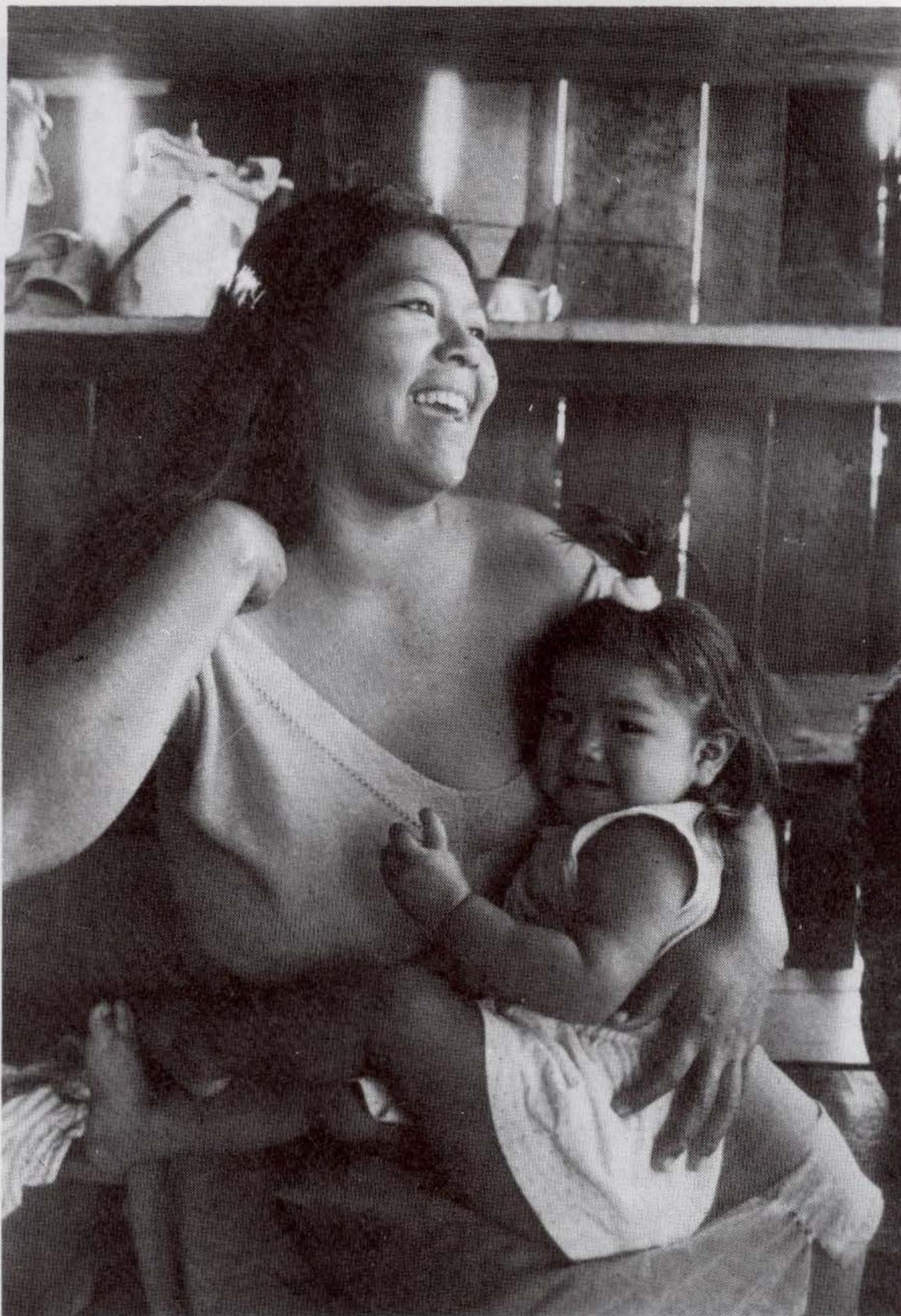


Foto de João Roberto Ripper / Imagens da Terra

**Índia Terena desaldeada. 1991.**

44

Terena, apesar de manterem outros elementos profundos que lhes dão coesão como povo. Ocasionalmente os Terena foram dominados pelos Guaicuru e, em troca de produção de alimentos, os Guaicuru lhes ofereciam proteção. Era uma submissão amistosa.

Um dos elementos da cultura mantido até os dias de hoje é a existência de estrutura dualistas. Sua estrutura social preserva o sistema de metades.

*“Dividida nas metades Xumonó e Sukirikionó, a sociedade Terena organizava-se, simultaneamente, em camadas ou estratos (strata) estruturados num sentido hierárquico: os naati, ou os ‘capitães’ e suas parentelas; os Waherê-Txané, ou a gente comum, livre; e os Kauti, ou os indivíduos de diferentes procedências étnicas, integrados na ordem tribal como cativos”<sup>(16)</sup>*

Os conflitos gerados em função da luta pelo poder nas aldeias, não raras vezes, têm sido interpretados tão somente, como trampolim para alcançar maior prestígio junto à sociedade civil do município próximo, ou junto ao povo na aldeia. O desconhecimento por parte do branco destas estruturas tem ajudado também a acirrar as divisões internas e a fracassar qualquer tentativa de cooperativismo, de agricultura, etc. Se se quer empreender qualquer atividade com este povo, o primeiro critério para acerto é trabalhar com os Naati.

Na agricultura, cultivam sobretudo o arroz, feijão, mandioca e milho que são a base de sua alimentação. Atualmente, em algumas aldeias, começaram a diversificar cultivando também o amendoim.

---

(16) OLIVEIRA, R. Cardoso de. O dualismo Terena. **R. Museu Paulista**, v. 26, p. 255-62, 1965/66.

Os Terena preservam sua língua materna, o espírito fraterno e acolhedor. Gostam muito das festas e são dados aos jogos de futebol.

### **6.3. Os Terena e a Guerra da Tríplice Aliança**

Os Terena foram uma das últimas nações indígenas a entrar nessa Guerra e, talvez, tenha sido esta a razão de não terem sido totalmente dizimados.

Terminado o embate, em 1877, voltaram a instalar-se nos antigos locais e entraram em competição com os criadores de gado, que, naquele período, começaram a invadir a região. Fato notável é que ainda hoje perdura na memória do povo a imagem de ter lutado contra os colorados (é como os índios denominam os paraguaios), usando apenas "*varas de pau*" enquanto aqueles usavam armas de fogo. Esta imagem é reproduzida todos os anos através da dança do "*Bate Pau*".

### **6.4. Dependência ou Morte**

A dependência dos Terena, a partir da Guerra, tem sido uma constante. Após a Guerra, os Terena passaram a ser mão-de-obra dos senhores brasileiros que foram favorecidos com os territórios ocupados. Foram despejados de seus territórios, dispersos pelas fazendas do sul do Mato Grosso e usados como escravos.

No início do século XX, os Terena foram utilizados pelo marechal Rondon para a construção da linha telegráfica no extremo Oeste do país, até a Amazônia Ocidental. É o período de reagrupamento dos Terena em pequenas reservas demarcadas pelo próprio Rondon. Hoje não podemos considerar como bondosa esta ação e sim como um planejamento seriamente calculado para a utilização

Foto de João Roberto Ripper



Índios Terena desaldeados na periferia de Campo Grande em seu ritual com altar católico. 1991.

do índio no trabalho sazonal, como mão-de-obra barata nos latifúndios da colonização e, ao mesmo tempo, para a liberação de terras a serem ocupadas.

Muitos Terena participaram, também, da construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil. No mesmo período, lançaram-se os fundamentos de diversas cidades da região, utilizando-se, para os serviços mais duros da construção, a mão-de-obra dos Terena. Terminadas as obras, os índios voltaram para suas terras dentro do mato.

Atualmente os Terena possuem pequenas porções de terras<sup>(17)</sup> insuficientes para o seu vigoroso crescimento populacional. Aproximadamente 19.379 índios Terena (somando os Terena que estão atualmente na área indígena de Dourados e os desaldeados) trabalham para subsistir no Mato Grosso do Sul. As terras reservadas por Rondon, voltaram a ser invadidas, ontem e hoje, e quando os índios reclamam os seus direitos são ameaçados pelos invasores.

---

(17) São doze pequenas reservas somando ao todo 19.017 hectares de terras. Destas doze reservas, cinco são micro-reservas de 04 a 114 hectares. A população aldeada nestas reservas é de 13.643 indivíduos. (CI-MI/MS - 1990)

Foto de João Roberto Ripper / Imagens da Terra



Índia Terena da Aldeia de Nioaque. 1991.



Digitized by Google

1907 - 1908

Indig Tatars de Aïdab de Hissar 1907

## CAPÍTULO II

### **POSSUIDORES DE UM GRANDE TERRITÓRIO, HOJE POSSUÍDOS! LEGÍTIMOS DONOS DA TERRA, EXPOLIADOS! PORÉM, NÃO VENCIDOS!**

**(SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E JURÍDICA  
DAS ÁREAS INDÍGENAS)**

*“Nossas terras são invadidas,  
nossas terras são tomadas,  
os nossos territórios são diminuídos,  
não temos mais condições  
de sobrevivência.”  
(Marçal Guarani).*

Os povos indígenas deste território viveram um período de aproximadamente um século e meio (até o ano de 1790) sendo disputados entre duas Coroas: a Portuguesa e a Espanhola. Não devia ser fácil suportar pretensos donos do território disputando vidas como se elas pudessem ser propriedade de alguém.

Em 1791 a Coroa Portuguesa, numa manobra expansionista, firmou um tratado de paz com o povo Guaicuru (os cavaleiros) e utilizou-se deste tratado como forma de manter sua dominação nesta região.

No entanto, não existem barreiras, nem cercas para o capitalismo. De alguma forma ou de outra os brancos encontrariam uma maneira de desobstruir o terreno para dele se apossar. E foi assim que criaram a Guerra do Paraguai (ou da Tríplice Aliança). A astúcia do branco fez com que, de cada lado, índios se enfrentassem e se destruíssem. Terminada a batalha, em 1877, os índios que conseguiram retornar, voltaram a ocupar seus antigos locais e, com grande surpresa, se depararam com os criadores de gado de forma extensiva. Isso gerou uma grande dispersão dos povos.

O final do século XIX foi marcado pelo início da construção das linhas telegráficas com a participação de Rondon. O início do século XX é o período de reagrupamento dos indígenas pelo próprio Rondon. Militar-positivista, tinha outra maneira de ver os povos indígenas: "*MORRER, SE PRECISO FOR, MATAR, NUNCA*". Mas a pessoa sozinha é afogada pelo sistema. Mesmo com todas as suas boas intenções, Rondon acabou servindo ao sistema.

## **1. A Política de Aldeamento**

### **1.1. Aldear: Forma eficaz para expandir a ocupação no Estado**

Assim, a partir de 1904, Rondon iniciou o processo de aldeamento no Estado. Agrupava os índios num determinado local onde já houvesse um cemitério indígena, pequenas roças e depois demarcava-o. É interessante notar que mesmo a demarcação destas pequenas reservas (variando entre 1.000 a 6.000 hectares) não foi pacífica. Os criadores de gado, de fato, queriam utilizar todo o território. Para eles e por eles não haveria lugar para o índio no Estado. E foi assim que o aldeamento liberou grandes quantidades de terras para que desse lugar à criação de gado de forma extensiva na região do pantanal e à monocultura na região sul e da grande Dourados até Maracaju.

### **1.2. Aldear: a integração programada**

A política indigenista oficial sempre foi muito clara e incisiva sobre seu objetivo: integrar o índio à sociedade nacional. Essa integração viria com muita rapidez se se programassem os passos. E assim, a maioria dos aldeamentos foram realizados em locais próximos dos centros urbanos. Hoje, 1993, há várias aldeias situadas nos limites urbanos ou até mesmo integradas aos bairros das cidades.

Hoje, como não há formas de sustento na própria aldeia, o índio se vê forçado a estar, durante grande parte de seu tempo, em convívio com o branco, sob a forma de relação empregado-patrão e, na maioria das vezes, relação de exploração e aviltamento da dignidade.

A integração, de fato, não ocorre graças à resis-

tência teimosa do índio que insiste em permanecer como é. O índio vem descobrindo que a firmeza de sua identidade é ainda o que lhe garante a sobrevivência. O índio aprendeu a se articular com os outros setores da sociedade nacional sem deixar de ser ele mesmo.

### **1.3. Aldear: um verdadeiro curral de mão-de-obra**

O sistema programou a liberação de mão-de-obra desqualificada e barata. É assim que hoje temos numa área de quatro hectares, aproximadamente, 328 indígenas. É o caso da Aldeinha no município de Anastácio. Ali não há local para plantio de pequenas roças e nenhuma outra forma de auto-sustentação. Os homens são obrigados a sair para o trabalho pesado nas usinas de álcool, fazendas ou para fazer pequenos biscates. As mulheres ficam em casa com as crianças ou trabalham como domésticas nas casas dos brancos. Esta situação não é diferente na maioria das aldeias do Estado. Há grandes concentrações indígenas sem nenhuma perspectiva quanto à subsistência. Por isso se vêem obrigados a sair da aldeia em busca da sobrevivência.

### **1.4. As Conseqüências do Aldeamento**

Hoje a maioria das áreas reservadas no Mato Grosso do Sul são insuficientes para suportar o vigoroso crescimento populacional indígena e, embora em algumas áreas este processo não tenha ocorrido, temos, de outro lado, as invasões constantes por parte de fazendeiros que diminuem em mais de cinquenta por cento a área que havia sido demarcada pelo marechal Rondon.

No Mato Grosso do Sul a maioria das famílias indí-

Foto de João Roberto Ripper / Imagens da Terra



**Índio Guarani trabalhando no corte da cana em usina de álcool. 1991.**



**Índios Terena expulsos da terra e vivendo em favela na periferia de Campo Grande. 1991.**

genas não consegue cultivar um hectare de terra. Se dividirmos o total de hectares demarcados pelo número de indígenas, não chegaríamos a 0,5 hectares por pessoa.

Mesmo em áreas extremamente reduzidas, muitas famílias, com grande teimosia, insistem em cultivar a terra. Mas a falta de incentivo dos órgãos governamentais para plantio de subsistência faz com que o índio se obrigue a buscar, fora da aldeia, sustento para si e para sua família. A escola alienante, totalmente desenraizada de suas culturas, contribui para integrar o índio numa sociedade que não é a sua.

Há também o processo de aceleração da perda da cultura por causa da proximidade com os centros urbanos. A cidade propõe maravilhas e altera o processo de vida tribal.

A forma de aldeamento da política indigenista oficial não considerou as características culturais diferenciadas de cada povo e uniformizou-as. Isso significa a morte do Guarani que em não raras vezes foi aldeado fora de seu território sagrado.

O governo federal não tem cumprido a Carta Constitucional. Isso significa que, ao índio, não chega atendimento de saúde, a escola é deficitária e os projetos agrícolas somente são incrementados em épocas de eleições municipais, beneficiando algumas pessoas dentro da aldeia. A ingerência dos partidos políticos com sede nos municípios tem colaborado para o aumento das divisões internas nas aldeias.

## 2. O MAPA REAL DA TERRAS INDÍGENAS EM 1993

### Estado do Mato Grosso do Sul

Área em hectares = 35.054.800

Terras indígenas = 616.812 ha (1,7596% das terras do Estado)

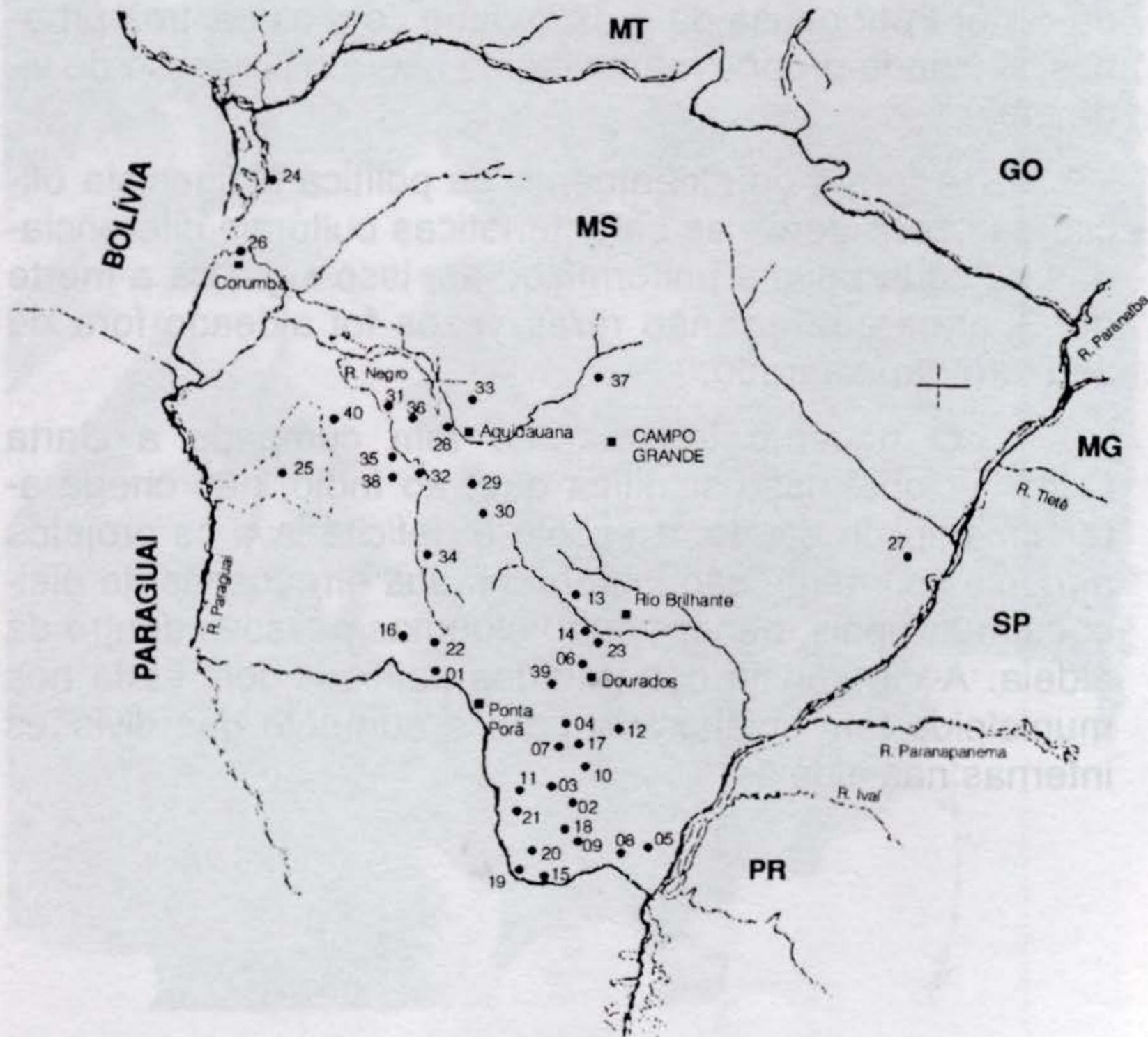
Terras efetivamente ocupadas por índios = 50.556 ha (0,1442% das terras do Estado e 8,1963% do total das terras indígenas)

População do Estado = 1.778.484 (IBGE 1991)

População indígena = 51.208 (CIMI/MS e FUNAI 1993)

População indígena aldeada = 42.472

População indígena desaldeada = 8.736



São quarenta áreas indígenas no Estado. Elas variam entre 01 hectare a 538.536 hectares. A maioria delas mede entre 300 a 3.000 hectares.

Há problemas sérios: algumas comunidades e aldeias inteiras estão expulsas de suas áreas. É o caso do povo Camba em Corumbá; dos Guarani-Kaiová-Ñandeva da aldeia Jarará (município de Juti); dos Guarani-Kaiová da aldeia Sucuri (município de Maracaju), que estão pelas fazendas trabalhando como bóias-frias; de outros que residem no distrito de Prudêncio Thomás, conhecido como Aroeira (município Rio Brilhante); e dos Guarani-Kaiová da aldeia Sete Cerros (município de Coronel Sapucaia).

Há outros casos de invasão em parte da aldeia. Os fazendeiros vêm pressionando com a cerca, confinando os índios em um pequeno espaço de terra. Mas o amor àquela terra está no sangue:

*“Meus pais e meus avós e meus parentes todos sempre moraram aqui e aqui estão enterrados; nosso povo não gosta de abandonar os lugares onde estão enterrados os parentes. [...] Minha terra é aqui e aqui tenho direitos para reclamar... fazendeiro pisa por cima da gente como se fosse praga; que não dá valor ao índio. Nossa terra agora é tudo capim e os bois pisam em cima de nossos parentes enterrados. O boi aqui tem mais valor que o índio, porque para ele tem comida bastante e para nossas crianças nem caçar o fazendeiro deixa. Aqui nós somos como arapuá: sempre fechada em sua casinha, quando quer sair, os passarinhos estão prontos para pegá-las”<sup>(18)</sup>*

---

(18) VILALVA, A. Correia. Guarani-Kaiová: capitão da aldeia Campestre em 1977. In: CIMI/MS. **A escravidão e o abandono**. Campo Grande, MS: 1977. p. 7.

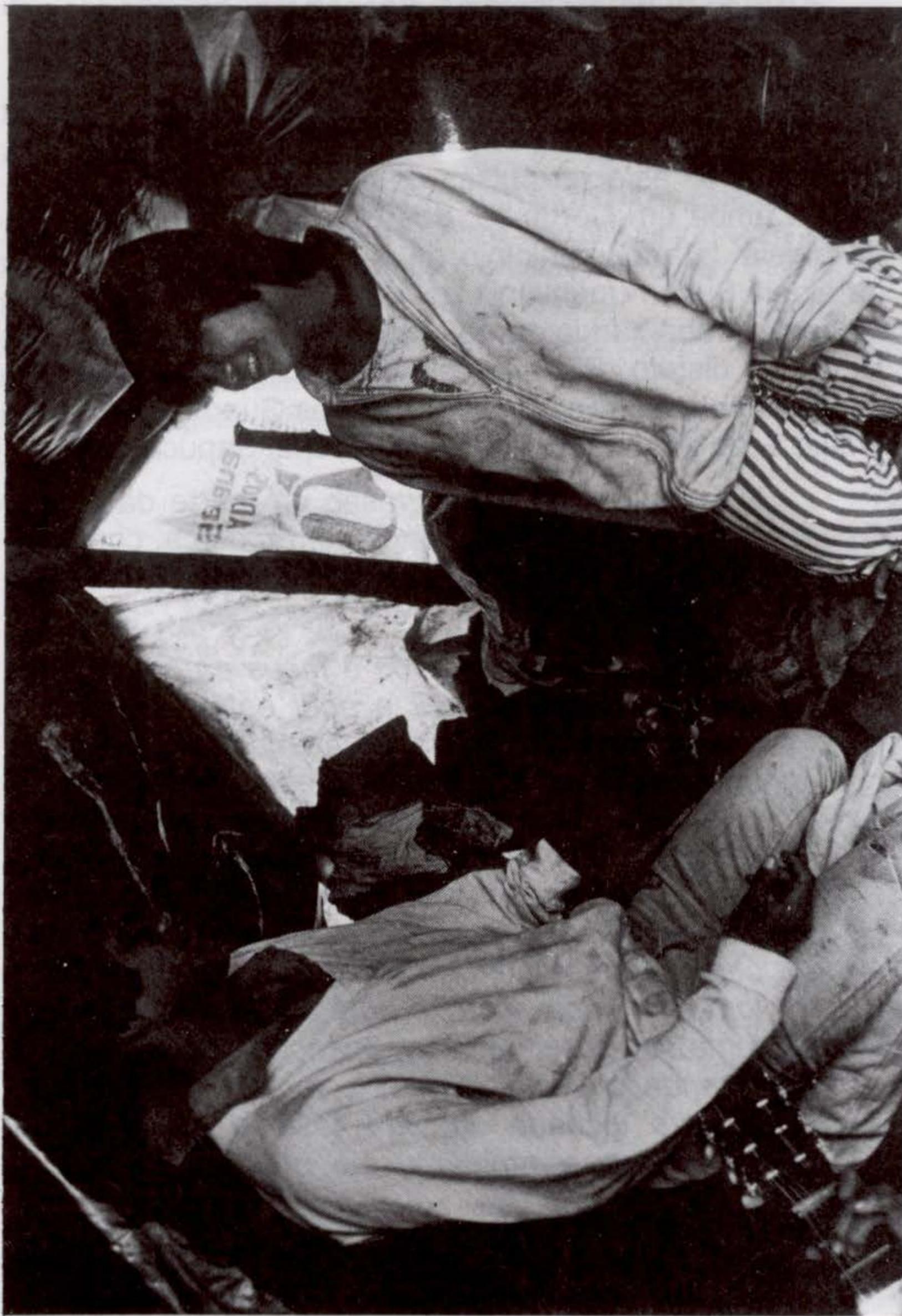


Foto de João Roberto Ripper

Índios Guarani desaldeados em Aroeira. 1991.

60

Por isso há uma luta jurídico-política muito grande no sentido de fazer avançar o mais depressa possível o processo de demarcação de suas áreas. As comunidades procuram garantir, não só o espaço hoje ocupado por elas, ma também a reconquista de alguns territórios roubados e saqueados.

## **2.1. O Processo demarcatório de acordo com o decreto 22 de 04/02/1991 que dispõe sobre demarcação das terras indígenas.**

De acordo com o decreto 22, são necessárias várias etapas no processo de demarcação de terra indígena.

### **2.1.1. Identificação (1ª etapa)**

O órgão indigenista oficial criou um Grupo de Trabalho (GT) para realizar estudos da área a ser demarcada. O GT deverá realizar os estudos etno-históricos, sociológicos, cartográficos e fundiários necessários. O grupo indígena envolvido participará do processo em todas as fases. O GT poderá convidar outros órgãos públicos, membros da comunidade científica ou especialistas sobre o povo indígena envolvido, para participar dos trabalhos. Após a publicação do ato que constituir o GT, as entidades civis terão um prazo de trinta dias para, se quiserem, prestar informações sobre a área objeto de estudo.

Concluídos os trabalhos de identificação, o GT apresentará relatório ao órgão indigenista oficial, caracterizando a terra indígena a ser demarcada. Aprovado o relatório pelo titular do órgão indigenista oficial, este o fará publicar no Diário Oficial da União incluindo informações recebidas. Após a publicação, o órgão federal de assistência ao índio encaminhará o processo de demarcação ao

Ministério da Justiça.

### **2.1.2. Delimitação (2ª etapa)**

Aprovado o processo, o Ministério da Justiça declarará, mediante portaria, os limites da terra indígena, determinando a sua demarcação. Não sendo aprovado o processo, o Ministério da Justiça devolvê-lo-á para reexame, no prazo de trinta dias.

### **2.1.3. Demarcação (3ª etapa)**

Será feita a demarcação física da área e, durante este processo, o órgão fundiário federal procederá ao reassentamento de ocupantes não-índios.

### **2.1.4. Homologação (4ª etapa)**

Após a demarcação física da área, o processo é submetido ao presidente da República para homologação.

### **2.1.5. Regularização Fundiária (5ª etapa)**

Após a homologação, o órgão indigenista oficial promoverá o seu registro no Cartório de Imóveis da Comarca correspondente e no Departamento de Patrimônio da União.

## **2.2. As Áreas Indígenas por Municípios e a situação atual**

São vinte e sete municípios no Estado que possuem áreas indígenas dentro de seus limites.

## **2.2.1. AMAMBAI**

### **a) Área Indígena Amambai**

Ref. no mapa: 03

Povo: Guarani-Kaiová-Ñandeva

ha: 2.429

População: 4.544

Situação jurídica: homologada em 30/10/1991, Diário Oficial da União (DOU), Decreto nº 277

### **b) Área Indígena Jaguari**

Ref. no mapa: 10

Povo: Guarani-Kaiová-Ñandeva

ha: 404

População: 140

Situação jurídica: homologada em 22/05/1992, DOU, Decreto de 21/05/1992

O povo está fora da área (processo judicial). A população sobrepõe a área indígena Amambai.

### **c) Área Indígena Limão Verde**

Ref. no mapa: 02

Povo: Guarani-Kaiová

ha: 668

População: 390

Situação jurídica: Demarcada

## **2.2.2. ANASTÁCIO**

### **a) Área Indígena Aldeinha**

Ref. no mapa: 28

Povo: Terena

ha: 04

População: 328

Situação jurídica: Identificada. Lote situado no perímetro urbano de Anastácio. Invadida por residência de brancos. Não há obras de infra-estrutura na aldeia. As condições de moradia são péssimas.

## **2.2.3. ANTONIO JOÃO**

### **a) Área indígena Campestre**

Ref. no mapa: 01

Povo: Guarani-Kaiová

ha: 11

População: 224

Situação jurídica: Identificada

### **b) Área Indígena Cerro Marangatu**

Ref. no mapa: 22

Povo: Guarani-Kaiová

ha: ?

População: ?

Situação jurídica: sem providências. A população está espalhada nos fundos de fazendas, sobrepondo a área indígena Campestre e outras áreas.

## **2.2.4. AQUIDAUANA**

### **a) Área Indígena Limão Verde**

Ref. no mapa: 33

Povo: Terena

ha: 1.581

População: 1.446

Situação jurídica: Identificada. Há discordância da comunidade em relação à redefinição dos limites. A comunidade reivindica: 2.500 hectares.

### **b) Área Indígena Taunay/Ypegue**

Ref. no mapa: 36

Povo: Terena

ha: 6.461

População: 3.123

Situação jurídica: homologada em 30/10/1991, DOU, Decreto nº 276 de 29/10/1991. A comunidade reivindica 739 hectares invadidos por fazendeiros.

## **2.2.5. ARAL MOREIRA**

### **a) Área Indígena Guassuty**

Ref. no mapa: 11

Povo: Guarani-Kaiová

ha: 930

População: 155

Situação jurídica: homologada em 22/05/1992, DOU, Decreto de 21/05/1992. Área "*sub-judice*", reivindicada por 4 fazendeiros vizinhos. Registro em cartório suspenso.

## **2.2.6. BELA VISTA**

### **a) Área Indígena Pirakuá**

Ref. no mapa: 16

Povo: Guarani-Kaiová

ha: 2.384

População: 266

Situação jurídica: homologada em 14/08/1992, DOU, Decreto de 13/08/1992. Registro em Cartório da Comarca encaminhado 09/03/1993. Área "*sub-judice*" reivindicada por fazendeiro.

## **2.2.7. BRASILÂNDIA**

### **a) Área Indígena Ofaié Xavante**

Ref. no mapa: 27

Povo: Ofaié Xavante

ha: 1.937

População: 87

Situação jurídica: tem portaria demarcatória. Atualmente ocupam 100 hectares arrendados pela FUNAI e que serão inundados pela hidrelétrica Porto Primavera (CESP). Aguardando demarcação física de sua área imemorial.

## **2.2.8. CAARAPÓ**

### **a) Área Indígena Caarapó**

Ref. no mapa: 04

Povo: Guarani-Kaiová-Ñandeva

ha: 3.584

População: 2.346

Situação jurídica: homologada em 30/10/1991, DOU, Decreto nº 250 de 29/10/1991.

## **2.2.9. CORONEL SAPUCAIA**

### **a) Área Indígena Sete Cerros**

Ref. no mapa: 19

Povo: Guarani-Kaiová

ha: 9.003

População: 230

Situação jurídica: Demarcada. Ocupam atualmente 05 hectares da área total. São vigiados permanentemente por jagunços a mando de fazendeiros impedindo a reocupação da área. O fazendeiro está protegido por decisão judicial. Liminar que não despeja, mas também, não deixa ocupar a área.

### **b) Área Indígena Taquapery**

Ref. no mapa: 21

Povo: Guarani-Kaiová

ha: 1.886

População: 1.632

Situação jurídica: Demarcada.

## **2.2.10. CORUMBÁ**

### **a) Área Indígena Guató**

Ref. no mapa: 24

Povo: Guató

ha: 12.716

População: 700

Situação jurídica: tem portaria demarcatória. Aproximada-

mente 400 índios aguardam a demarcação física da área para retornar à mesma. Exército impediu a demarcação alegando ser área estratégica, de segurança nacional.

## **b) Área Indígena Camba**

Ref. no mapa: 26

Povo: Camba

ha: ?

População: 400

Situação jurídica: sem providências. Consta do plano de metas da FUNAI de 1987.

## **2.2.11. DOIS IRMÃOS DO BURITI**

### **a) Área Indígena Buriti**

Ref. no mapa: 29

Povo: Terena

ha: 2.090

População: 1.065

Situação jurídica: homologada em 30/10/1991, DOU, Decreto nº 301 de 29/10/1991. Tem duas pequenas invasões dentro da terra indígena.

## **2.2.12. DOURADINA**

### **a) Área Indígena Panambi**

Ref. no mapa: 14

Povo: Guarani-Kaiová

ha: 2.057

População: 470

Situação jurídica: demarcada em 1971. Os índios ocupam somente 200 hectares. Os demais hectares são ocupados

por sitiantes oriundos da Colônia Agrícola Federal de Dourados.

### **2.2.13. DOURADOS**

#### **a) Área Indígena de Dourados**

Ref. no mapa: 06

Povo: Guarani-Kaiová e Terena

ha: 3.530

População: 8.987

Situação jurídica: Demarcada. Existem arrendamentos dentro da área e uma pequena invasão na parte ocupada pelos Terena.

#### **b) Área Indígena Panambizinho**

Ref. no mapa: 23

Povo: Guarani-Kaiová

ha: 60

População: 188

Situação jurídica: sem providência, teve estudo técnico em 1991, mas não serviu para identificação.

### **2.2.14. ELDORADO**

#### **a) Área Indígena Cerrito**

Ref. no mapa: 05

Povo: Guarani-Kaiová-Ñandeva

ha: 2.040

População: 180

Situação jurídica: homologada em 22/05/1992, DOU, Decreto de 21/05/1992. Encontra-se "*sub judice*" com a SVERDI Propagação e Cultura.

## **2.2.15. JAPORÃ**

### **a) Área Indígena Jacare'y ou Porto Lindo**

Ref. no mapa: 08

Povo: Guarani-Ñandeva

ha: 1.648

População: 1.600

Situação jurídica: homologada em 29/10/1991.

## **2.2.16. JUTI**

### **a) Área Indígena Jarará**

Ref. no mapa: 12

Povo: Guarani-Kaiová-Ñandeva

ha: 600

População: 250

Situação jurídica: Demarcada. Os índios moram na periferia de Juti, impossibilitados de reocupar a área por força de ação judicial que deu liminar ao fazendeiro.

## **2.2.17. LAGUNA CAARAPÃ**

### **a) Área Indígena Guaimbé**

Ref. no mapa: 07

Povo: Guarani-Kaiová

ha: 717

População: 295

Situação jurídica: Registrada no Cartório de Registro de Imóveis matr. 15813, liv. 2 em 28/05/1984 e no DPU-MS 374.

## **b) Área Indígena Rancho Jacaré**

Ref. no mapa: 17

Povo: Guarani-Kaiová

ha: 778

População: 257

Situação jurídica: Registrada no Cartório de Registro de Imóveis matr. 15814, liv. 2 em 28/05/1984 em Ponta Porã e no DPU-MS – 375 em 17/12/1984.

## **2.2.18. MARACAJU**

### **a) Área Indígena Sucuri ou Maracaju**

Ref. no mapa: 13

Povo: Guarani-Kaiová

ha: 200

População: 100

Situação jurídica: Sem providências. Os índios foram expulsos pelos fazendeiros em 1986. A população está espalhada: há famílias na periferia de Rio Brilhante, no distrito de Prudêncio Thomás e às margens da BR 163 no município de Nova Alvorada do Sul.

## **2.2.19. MIRANDA**

### **a) Área Indígena Cachoeirinha**

Ref. no mapa: 31

Povo: Terena

ha: 2.648

População: 3.500

Situação jurídica: Demarcada. A comunidade reivindica área bem maior invadida por fazendeiros.

## **b) Área Indígena Guaicuru**

Ref. no mapa: 40  
Povo: Guaicuru e Terena  
ha: 15  
População: 65  
Situação jurídica: sem providências.

## **c) Área Indígena Lalima**

Ref. no mapa: 32  
Povo: Terena  
ha: 3.001  
População: 720  
Situação jurídica: Demarcada. Tem pequena invasão promovida pela remoção da cerca para dentro da área indígena por um fazendeiro vizinho.

## **d) Área Indígena Moreira**

Ref. no mapa: 35  
Povo: Terena  
ha: 45  
População: 398  
Situação jurídica: Registrada no DPU nº 07680003434/71.

## **e) Área Indígena Passarinho**

Ref. no mapa: 38  
Povo: Terena  
ha: 114  
População: 738  
Situação jurídica: Registro no DPU nº 07680003434/71.

## **2.2.20. NIOAQUE**

### **a) Área Indígena Nioaque**

Ref. no mapa: 34

Povo: Terena

ha: 3.029

População: 1.980

Situação jurídica: homologada em 30/10/1991, DOU, Decreto nº 307 de 29/10/1991.

## **2.2.21. PARANHOS**

### **a) Área Indígena Takuaryty/Ivykuarusu ou Paraguassú**

Ref. no mapa: 20

Povo: Guarani-Kaiová

ha: 2.475

População: 293

Situação jurídica: demarcada. Ocupam somente 200 hectares. Processo judicial impede ocupação remanescente, através de liminar em favor do fazendeiro. A área encontra-se "*sub judice*".

## **2.2.22. PONTA PORÃ**

### **a) Área Indígena Lima Campo**

Ref. no mapa: 39

Povo: Guarani-Kaiová

ha: 3.000

População: 650

Situação jurídica: sem providências. População está espalhada em fundos de fazendas e sobrepondo outras áreas

indígenas e algumas famílias na própria área a ser identificada.

### **2.2.23. PORTO MURTINHO**

#### **a) Reserva Indígena Kadiwéu**

Ref. no mapa: 25

Povo: Kadiwéu

ha: 538.536

População: 1.265

Situação jurídica: Registrada no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 1/1154, liv. 2, fl. 01 em 22/05/1984 e no DPU-MS – 371 em 06/11/1984. Noventa e seis fazendeiros arrendam noventa por cento da área. Está “*sub judice*” tentativa de desmembramento de parte da área, sob a alegação de que a demarcação foi excessiva.

### **2.2.24. ROCHEDO**

#### **a) Área Indígena Água Limpa**

Ref. no mapa: 37

Povo: Terena

ha: 12

População: 80

Situação jurídica: sem providências.

### **2.2.25. SETE QUEDAS**

#### **a) Área Indígena Pirajuí**

Ref. no mapa: 15

Povo: Guarani-Ñandeva

ha: 2.188

População: 1.500

Situação jurídica: homologada. Registro no Cartório de Imóveis matr. 273, liv. 3, fl. 54 em 07/06/1965 e no DPU-MS 001 em 19/04/1989.

## **2.2.26. SIDROLÂNDIA**

### **a) Área Indígena Buritizinho**

Ref. no mapa: 30

Povo: Terena

ha: 10

População: 200

Situação jurídica: sem providências.

## **2.2.27. TACURU**

### **a) Área Indígena Jaguapiré**

Ref. no mapa: 09

Povo: Guarani-Kaiová

ha: 2.089

População: 200

Situação jurídica: homologada. Estão impossibilitados (ação judicial) de ocupar 700 hectares. Foi encaminhado o registro em Cartório em março/1993.

### **b) Área Indígena Sassoró ou Ramada**

Ref. no mapa: 18

Povo: Guarani-Kaiová

ha: 1.932

População: 1.480

Situação jurídica: homologada em 22/09/1976.



Foto de Hilarío Paulus

Reocupação da Área Indígena Jaguapiré.

76

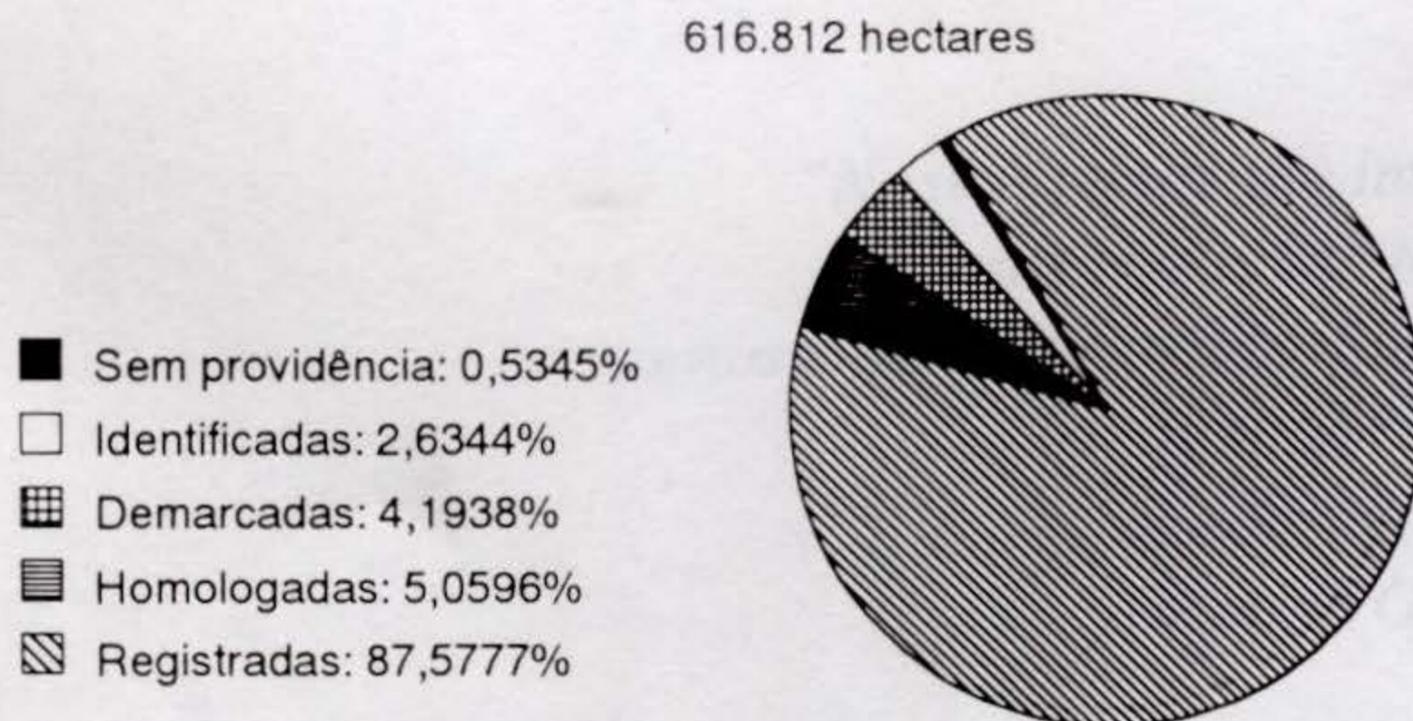
## 2.3. Quadro sinótico das áreas indígenas

### 2.3.1. Gráfico I

Situação jurídica	sem providência	identificadas	demarcadas	homologadas	registradas	total
Áreas	8	5	9	13	5	40
Hectares	3.297 *	16.249	25.868 **	31.208 ***	510.190 ****	616.812
População	1.683	2.785	16.472	18.579	2.953	42.472

- \* Duas áreas indígenas não estão incluídas por não ter ao certo a quantidade de hectares: Cerro Marangatu e Camba. Efetivamente os índios só ocupam 22 hectares.
- \*\* Destes 25.868 hectares os índios detêm a posse e o domínio de 8.608 hectares.
- \*\*\* Efetivamente os índios só têm a posse e o domínio de 30.301 hectares.
- \*\*\*\* Aqui deve-se levar em conta a Reserva Indígena Kadiwéu com 538.536 hectares com aproximadamente 96 fazendas sobre a área.

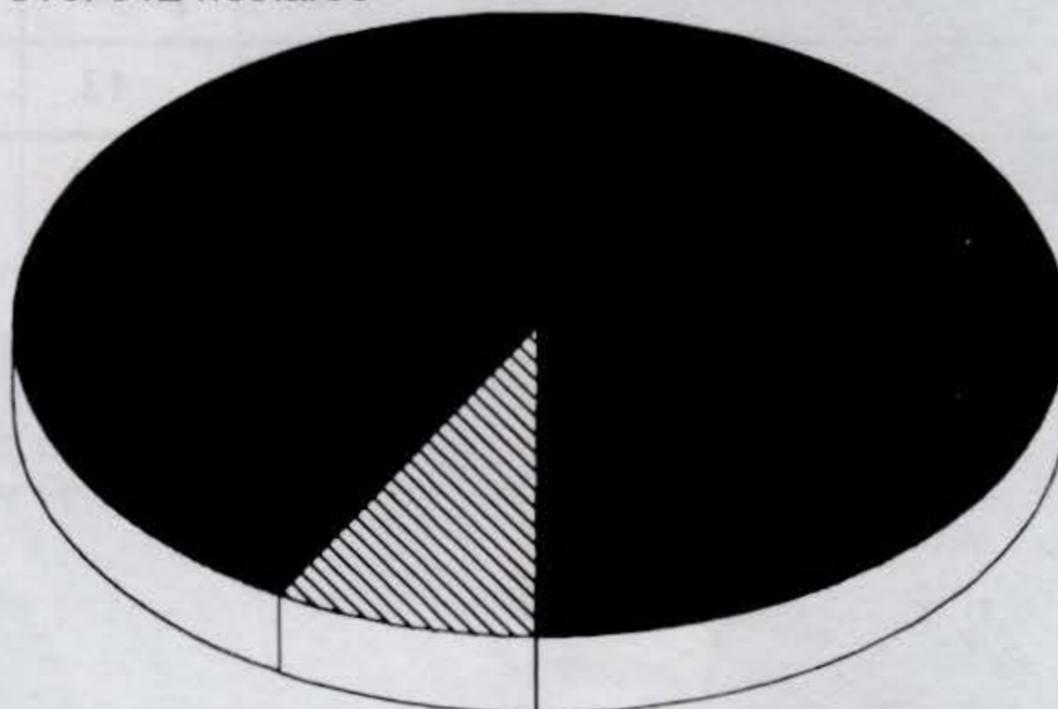
### 2.3.2. Gráfico II



O quadro acima (Gráfico II) apresenta a situação de direito, mas de fato a realidade é esta: (Gráfico III)

### 2.3.3. Gráfico III

616. 812 hectares



▨ Área ocupada efetivamente pelos Índios: 8,1963%

■ Área onde há invasão e "sub judice": 91,8037%

### 2.3.4. Gráfico IV

#### Áreas indígenas por povos e densidade demográfica (a relação hectare x pessoa)

Povo	Áreas	Hectares	População	Nº de ha ocupado pelos índios
Guarani	24	44.613	29.377	21.561
Guató	1	12.716	700	?
Kadiwéu	1	538.536	1.265	10.000
Camba	1	?	400	?
Ofaié	1	1.937	87	?
Terena	12	19.010	19.379	18.995
TOTAL	40	616.812	51.208	50.556

## GRÁFICO V – SITUAÇÃO GERAL DAS ÁREAS INDÍGENAS

ÁREA INDÍGENA	REF.NO MAPA	MUNICÍPIO	POVO	ha	POPULAÇÃO	SITUAÇÃO JURÍDICA
Amambai	03	Amambai	Guarani Kaiowá Guarani Nandeva	2.429	4.544	homologada
Jaguari (*)	10	Amambai	Guarani Kaiowá Guarani Nandeva	404	140	homologada
Limão Verde	02	Amambai	Guarani Kaiowá	668	390	demarcada
Aldeinha (+)	28	Anastácio	Terena	04	328	identificada
Campestre	01	Antônio João	Guarani Kaiowá	11	224	identificada
Cerro Marangatú (*)	22	Antônio João	Guarani Kaiowá	?	?	sem providência
Limão Verde	33	Aquidauana	Terena	1.581	1.446	identificada
Taunay/Ypegue (+)	36	Aquidauana	Terena	6.461	3.123	homologada
Guassuty (*)	11	Aral Moreira	Guarani Kaiowá	930	155	homologada
Pirakuá (*)	16	Bela Vista	Guarani Kaiowá	2.384	266	homologada
Ofaié Xavante (*)	27	Brasilândia	Ofaié Xavante	1.937	87	(identificada) portaria demarcatória
Caarapó	04	Caarapó	Guarani Kaiowá Guarani Nandeva	3.584	2.346	homologada
Sete Cerros (*)	19	Coronel Sapucaia	Guarani Kaiowá	9.003	230	demarcada
Taquapery	21	Coronel Sapucaia	Guarani Kaiowá	1.886	1.632	demarcada
Guató (*)	24	Corumbá	Guató	12.716	700	(identificada) portaria demarcatória
Camba (*)	26	Corumbá	Camba	?	400	sem providência
Buriti (+)	29	Dois Irmãos Buriti	Terena	2.090	1.065	homologada
Panambi (+)	14	Douradina	Guarani Kaiowá	2.057	470	demarcada
Dourados (+)	06	Dourados	Guarani Kaiowá e Terena	3.530	8.987	demarcada
Panambizinho	23	Dourados	Guarani Kaiowá	60	188	sem providência
Cerrito (*)	05	Eldorado	Guarani Kaiowá Guarani Nandeva	2.040	180	homologada
Porto Limpo ou Jacarey	08	Japorã	Guarani Nandeva	1.648	1.600	homologada
Jarará (*)	12	Juti	Guarani Kaiowá	600	250	demarcada
Guaimbé	07	Laguna Caarapã	Guarani Kaiowá	717	295	registrada
Rancho Jacaré	17	Laguna Caarapã	Guarani Kaiowá	778	257	registrada
Maracajú (*)	13	Maracajú	Guarani Kaiowá	200	100	sem providência
Cachoeirinha (+)	31	Miranda	Terena	2.648	3.500	demarcada
Guaicurú	40	Miranda	Guaicurú e Terena	15	65	sem providência
Lalima (+)	32	Miranda	Terena	3.001	720	demarcada
Moreira	35	Miranda	Terena	45	398	registrada
Passarinho	38	Miranda	Terena	114	738	registrada
Nioaque	34	Nioaque	Terena	3.029	1.980	homologada
Takuaryty/Yvykuarusú ou Paraguassu (-)	20	Paranhos	Guarani Kaiowá	2.475	293	demarcada
Lima Campo (*)	39	Ponta Porã	Guarani Kaiowá	3.000	650	sem providência
Kadiwéu (x)	25	Porto Murtinho	Kadiwéu	538.536	1.265	registrada
Água Limpa	37	Rochedo	Terena	12	80	sem providência
Pirajul	15	Sete Quedas	Guarani Kaiowá	2.188	1.500	homologada
Buritizinho	30	Sidrolândia	Terena	10	200	sem providência
Jaguapiré (-)	09	Tacurú	Guarani Kaiowá	2.089	200	homologada
Sassoró ou Ramada	18	Tacurú	Guarani Kaiowá	1.932	1.480	homologada
TOTAL				616.812	42.472 8.736	(população aldeada) (população desaldeada)

- (\*) o povo está fora da área  
 (+) há invasão na área  
 sub-judice  
 (•) arrendamentos e invasão  
 sub-judice e invasão  
 (-) sub-judice e arrendamentos  
 (x) sub-judice e arrendamentos

## CAPÍTULO III

### VIVEREMOS POR MAIS 500 ANOS (O FUTURO DESTES POVOS)

*“Chegamos a um ponto que nós  
os índios devemos tomar  
a rédea do governo indígena,  
e esse é o caminho certo:  
a assembleia, reunir,  
ouvir todos”*

*(Marçal Guarani)*

*Indio Guarani 1982*



Foto de João Roberto Ripper

Índio Guarani. 1992.

82

O índio vive a vida amedrontado, afirmou um dia Marçal de Souza<sup>(19)</sup>. Esse processo contínuo de medo faz com que o grito de guerra dos povos indígenas, hoje, seja: união, organização. Todos os discursos indígenas se direcionam para este tema.

*“Chegou a hora que nós sozinhos não conseguiremos nada. Precisamos nos unir braço a braço, e levantar alto a voz dos nossos antepassados que foram massacrados. Chegamos a um ponto que nós os índios devemos tomar a rédea do governo indígena, e esse é o caminho certo: a assembléia, reunir, ouvir todos”<sup>(20)</sup>*

Discursos como este de Marçal são constantes entre o Povo Guarani, Terena, Guató e Ofaié Xavante. No entanto, na mesma direção deste discurso, corre a cooptação de lideranças, ora exercida pela FUNAI, ora exercida por políticos e fazendeiros. E aí há dois caminhos: ou o índio se curva aos interesses dos cooptadores, conseqüentemente ao caminho da morte; ou o índio se organiza, a partir de sua cultura, e vislumbra o caminho da vida.

Os povos indígenas não precisam de mártir, mas sim de vivos. Por isso se organizam no coletivo e, até certo ponto, cedem às investidas dos cooptadores como estratégia de sobrevivência. Até certo ponto porque a realidade é outra: o interesse da comunidade, do povo está acima de tudo e isto é o que se procura garantir com a organização.

---

(19) SEMINÁRIO o índio brasileiro: um sobrevivente. In: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO NACIONAL. **Dossiê Marçal Tupã-I**. Brasília: 1980. p. 5.

(20) *Ibid.* p. 2.

# 1. As Organizações Indígenas na Circunscrição do Regional MS

## 1.1. Definição de Organização Indígena

Organização Indígena é a associação civil constituída por comunidades indígenas de um ou de vários povos. A Constituição Federal estabelece este direito aos povos indígenas nos seus artigos 231 e 232:

Artigo 231:

*“São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam...”*

Artigo 232:

*“Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo”.*

A comunidade é a organização indígena por excelência no sentido lato, geral, macro. Ali se conforma a totalidade de aspectos que configura a vida dos índios no tempo e sobre um espaço certo e determinado. Bem como a processos psico-sociais, políticos, econômicos, culturais que os índios possam desenvolver mais amplamente.

A organização indígena, aponta para formas, estruturas e instrumentos momentâneos, dos quais os índios possam se valer para dar suporte às suas vidas<sup>(21)</sup>.

---

(21) DAMASCENO, Felisberto A. **A organização indígena**. Brasília: 1991. p. 1-2.

A década de 80 foi sobretudo um período fértil, que resultou na emergência de muitas organizações indígenas no estado de Mato Grosso do Sul e em todo o Brasil. A sociedade brasileira trouxe novas dificuldades para os povos indígenas, daí a necessidade de se organizar internamente para responder lá fora.

Os objetivos pelos quais os povos indígenas vêm criando estas organizações são claros e incisivos: garantir a demarcação de seus territórios e defender seus direitos. Entre estes direitos está o de ocupar os espaços políticos da sociedade nacional.

No Mato Grosso do Sul existem organizações indígenas formadas por um só povo, como o Comitê Terena e o Aty Guasu Guarani. O Aty Guasu Guarani, por sua vez, faz parte de uma organização mais abrangente do Povo Guarani, de cinco estados brasileiros, chamada Nẽmboaty Guasu Guarani. Outras organizações reúnem diferentes povos, é o caso da associação de índios canoieiros do Pantanal e também da Kaguateca (Associação de índios desaldeados Kaguateca Marçal de Souza que aglutina indígenas de diferentes etnias: Kadiwéu, Guarani, Guató, Terena e Kaiová).

Existem hoje no Mato Grosso do Sul cerca de vinte organizações indígenas, cada uma com história, característica e objetivos próprios. Muitas delas participaram, em abril de 1992, da criação do Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (CAPOIB), com o objetivo de articular e mobilizar os diferentes povos e organizações em função dos seus interesses comuns.

Agora passaremos a descrever algumas dessas organizações, tais como: o Aty Guasu Guarani, o Comitê Terena, a Kaguateca e as associações indígenas.

## **LISTA DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS NO MATO GROSSO DO SUL**

1. ACIRK – Associação das comunidades indígenas da reserva Kadiwéu.
2. AITECA – Associação Indígena Terena da Cachoeirinha.
3. AMI – Associação de moradores indígenas de Campo Grande.
4. AICGP – Associação dos índios canoieiros do Pantanal.
5. APINP – Associação dos povos indígenas do Pantanal.
6. Associação “MÃOS UNIDAS” das aldeias Campão e Babaçu.
7. Associação da aldeia Argola.
8. Associação da aldeia Bananal.
9. Associação da aldeia Lagoinha.
10. Associação da aldeia Ipegue.
11. Associação da aldeia Limão Verde.
12. ATY GUASU GUARANI.
13. Comissão de professores indígenas Guarani-Kaiová.
14. COMITÊ TERENA.
15. Centro de Cultura Nativa – Campo Grande.
16. KAGUATECA.
17. Uni Centro-Oeste.
18. União das mulheres Terena da aldeia Bananal.

## **1.2. O ATY GUASU GUARANI**

### **1.2.1. O nome da organização**

Em português, "*Aty Guasu*" quer dizer: reunião grande / assembléia do povo Guarani.

### **1.2.2. Alcance**

É uma organização do povo Guarani-Kaiová-Ñandeva do estado de Mato Grosso do Sul.

### **1.2.3. Início**

A organização teve seu início no ano de 1978 com as reuniões dos "*cabeçantes*" de roças; a partir de projetos agrícolas. As lideranças se encontravam para discutir o andamento dos projetos, despertando, a partir destas, para reuniões mais amplas, convidando representantes de outras áreas indígenas. A partir disso teve diversas fases no desenvolvimento, chegando, no início do ano de 90, à atual denominação – *Aty Guasu* (reunião grande ou assembléia).

### **1.2.4. Descrição do Funcionamento**

As reuniões ordinárias acontecem, em média, três a quatro vezes ao ano, sendo que, às vezes, reúnem-se extraordinariamente, quando um assunto de relevante importância o requer.

Os seus membros são representantes das vinte e duas áreas (demarcadas e em processo de demarcação), ou quase sempre da maioria delas. Sempre se fazem presentes também líderes das áreas que estão sem providência. São capitães (líderes políticos das áreas), vice-capi-

tões ou outras lideranças internas, sempre com a presença de caciques (lideranças religiosas), encontram-se em algum lugar anteriormente determinado por eles; tanto numa área indígena como nalguma cidade. Existe um sistema de revezamento quanto ao local das reuniões. Quando elas são realizadas em área indígena, sente-se uma preferência por determinada área, como é o caso de Limão Verde, no município de Amambai, por ser bem localizada: ou Rancho Jacaré, no município de Laguna Caarapã, por ser uma área mais tranqüila, livre de interferências externas. Ultimamente Dourados tem sido o local onde mais se encontram, por articulações das lideranças locais.

As reuniões na cidade, por um lado, eram motivo de descontentamento de muitos líderes porque restringia o número de participantes e não possibilitavam rezas e danças. Por outro lado, as discussões políticas eram mais amplas. Nas reuniões realizadas em áreas indígenas sempre acontecem rezas. A presença de caciques é indispensável e, muitas vezes, as discussões políticas não avançam muito, mas todos têm grande participação nas rezas.

Há um grupo de lideranças que se destaca entre as demais, sendo estes os que, geralmente, tomam as iniciativas e influenciam as decisões sobre local das reuniões, temas a serem discutidos, participação em eventos externos, etc.

Desde 1990 a FUNAI tem marcado presença nas reuniões, o que desmobilizou e desqualificou fortemente a organização. Os índios perderam a autonomia com a interferência. As reuniões deixaram de ser dos índios e passaram a discutir os problemas vividos pelo órgão de assistência. Ao final de 1992, os índios retomaram os debates para voltar aos seus objetivos originais.

### **1.2.5. Prioridades**

A grande prioridade é sempre a luta pela terra. Através de sua organização, os Guarani conseguiram manter viva a luta pela terra, conseguindo em 1982 a demarcação de áreas imemorais como a do Rancho Jacaré e do Guaimbé e, em 1992, a do Guassuty, Cerrito, Jaguaripe e Jaguari. Através da pressão organizada, conseguiram também que alguns processos que pesam sobre outras áreas fossem agilizados, tais como: Panambizinho, Sete Cerros e Paraguassú.

Outros assuntos têm sido também aprofundados como prioridades. A subsistência tem sido uma constante. A situação de miséria absoluta em muitas áreas indígenas dos Guarani é um problema que vem se arrastando há alguns anos, resultando em níveis altíssimos de desnutrição e elevado nível de tuberculose. Por isso as lideranças têm assumido constantemente encaminhamentos para pressionar os órgãos do Governo na busca de soluções.

Devido à falta de assistência, tem sido ponto de pauta, nos últimos anos, a administração regional da FUNAI sediada em Amambai. Os índios têm exigido uma administração com funcionamento dinâmico capaz de dar vazão aos problemas por eles enfrentados, o que não tem acontecido.

Os problemas internos têm chegado às discussões; o mais sério de todos é a questão das changas: trabalho nas usinas de álcool e fazendas. Mesmo assim ainda não conseguiram vislumbrar uma saída. A necessidade de sobrevivência tem falado mais alto.

### **1.2.6. Formas de luta**

Uma das formas de luta tem sido as grandes con-

centrações de rezadores para fazer pajelanças com o objetivo de sensibilizar as autoridades competentes e auxiliar as lideranças políticas nos encaminhamentos referentes às questões demarcatórias.

As lideranças políticas, capitães de aldeia e outros, por sua vez, têm exercido uma pressão constante sobre as autoridades locais e nacionais, no sentido de assegurar e garantir que os processos demarcatórios avancem e cheguem a um bom termo para as comunidades indígenas.

Nos últimos anos, os Guarani começaram a perceber que estas duas frentes ou formas de luta não alcançavam o resultado esperado. Por um lado, as autoridades não mais se sensibilizavam com as rezas dos Ñande Ru e, por outro, a pressão das lideranças políticas surtia um efeito muito fraco sobre a justiça. Foi então que em 1992 resolveram assumir uma outra forma de luta: reocupar as áreas imemoriais. Esta forma garantiu aos Guarani a retomada de várias áreas onde hoje já estão cultivando suas roças.

E, por fim, uma outra forma de luta e busca de fortalecimento para sua organização: a articulação com outros setores da sociedade civil que apóia efetivamente a luta Guarani, e a articulação do próprio povo em nível de Brasil. Em setembro de 1990 criaram a Ñenboaty Guasu, organização que aglutina os Guarani de todo o país e propicia uma articulação com outros povos.

### **1.2.7. Formas de relação direção-base**

Se comparamos o grande número de Guarani no estado de Mato Grosso do Sul (26.931) com o número de lideranças que têm efetivamente participado da Aty Guasu (30 líderes) distribuídos em vinte e duas áreas, distantes

uma das outras, mais os índios desaldeados, não fica difícil perceber a primeira grande dificuldade ou demanda que está colocada para a organização: a questão da veiculação de informações.

Há pouco repasse das informações a respeito das discussões e decisões tomadas na *Aty Guasu*. Ficam geralmente restritas ao grupo familiar da liderança que participou dela. Só há um retorno efetivo dessas decisões quando se alcança algum resultado concreto que envolva toda uma comunidade, uma demarcação, por exemplo.

A estrutura da *Aty Guasu* é bem democrática. Todos os que participam falam em nome da organização. Nunca foi recomendado um coordenador geral, tampouco um secretário. Apesar disso, nos anos 1991/92, três lideranças passaram a responder pela organização sem que fossem eleitos ou indicados para isso.

Aldeias inteiras têm reivindicado sua participação nestas reuniões "*Aty Guasu*", porém os índios esbarram em duas grandes dificuldades: transporte e alimentação. O reconhecimento do trabalho das lideranças, por parte das bases, aparece concretamente nos momentos decisivos: o da reocupação de uma área indígena, por exemplo. Para lá vão homens, mulheres e crianças, dizendo claramente que é isso o que querem. A voz de Marçal faz-se ecoar nas tomadas de posição do povo Guarani.

### **1.2.8. Formação dos quadros**

A questão da formação só recentemente vem sendo colocada por alguns integrantes da *Aty Guasu*. O assunto ainda não surgiu como uma necessidade colocada e discutida amplamente por eles.

O CIMI, por seu lado, nos últimos três anos, tem

organizado e oferecido estudos sobre política e funcionamento da sociedade brasileira. Algumas lideranças (capitães e caciques), professores e algumas mulheres têm participado desses estudos.

### **1.2.9. Alianças étnicas e com setores populares.**

Devido à fragilidade do movimento popular no Estado, ou até mesmo ao inexpressivo poder de convocação (fato este bastante evidenciado quando da jornada unitária de lutas), não há ainda uma articulação entre índios (Aty Guasu) e setores populares. Há, sim, uma articulação mais ao nível de cúpula com entidades e com algum parlamentar, em determinados momentos como o da grande onda de suicídios que ocorreu nas áreas Guarani. Mas passado o impacto da tragédia, tudo volta a ser como antes: articulação, de fato, nada.

Quanto a alianças étnicas, devemos frisar o fato de que, como um povo, os índios têm fortalecido bastante esta forma de grande reunião, chegando agora a aglutinar os Guarani de todo o país. E também vão crescendo as articulações com outros povos à medida em que a Aty Guasu tem sua representação no Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (CAPOIB), e participa ativamente das grandes assembleias e encontros indígenas regionais e nacionais.

### **1.2.10. Forma de relação com o CIMI**

O CIMI tem dado apoio, colaboração e assessoria quando solicitado pelos índios. A relação se dá através da presença dos missionários nas áreas, da assessoria solicitada pelos índios para momentos específicos da Aty

Guasu, quando se avalia e repensa a prática da organização como um todo, e do acompanhamento dos processos judiciais.

### 1.3. COMITÊ TERENA

O período de aldeamento dos Terena em pequenas reservas no Mato Grosso do Sul começou no início deste século. Foi sobretudo o marechal Rondon quem executou esta prática. Ao se aproximar a chegada do segundo milênio, com o grandioso crescimento populacional deste povo e a expropriação de seus territórios pela ocupação branca, a comunidade se viu privada de uma série de bens necessários para a sobrevivência.

Esta carência nos setores de agricultura, saúde, educação e assistência jurídica determinou a criação, no final de 1990, da organização que chamaram de "*Comitê Terena*". Trata-se de uma articulação do povo que aglutina todas as aldeias Terena do Mato Grosso do Sul. Reúnem-se quatro vezes por ano para avaliar as dificuldades e encaminhar em conjunto as decisões. É um espaço comum onde todos podem falar. Por enquanto os índios optaram por não registrar a organização, entendendo que a Constituição Brasileira, no seu artigo 231, garante as suas formas próprias de se organizar.

Assim reza o documento de fundação do comitê:

*"Povo Terena...*

*É necessário abrir caminhos, recuperar o que é nosso e... construir juntos nossa própria identidade.*

*A busca de uma identidade própria, o reconhecimento de nossos valores culturais, o desejo profundo de reencontrarmos como povo Terena, lem-*

*brar nosso passado, analisar o presente e transformá-lo de acordo com as nossas necessidades, faz necessário empreender uma série de tarefas, de reflexão e investigação dentro de nossa mesma comunidade, que nos ajudará a despertar como povo forte dentro do Brasil capaz de ser exemplo hoje para a humanidade desumanizada. Procuramos a unidade primeiro entre nossos mesmos patrícios 'os Terena' e depois procuraremos a unidade com os outros indígenas irmãos nossos que sofrem as mesmas dificuldades, as mesmas opressões. Sabemos muito bem que só a unidade em nome do Deus único que gera a vida, poderá fazer que os nossos direitos sejam recuperados e nossa identidade seja reconstruída. Com este fim queremos um comitê de apoio na luta pelos nossos direitos com a participação de maior número de aldeias Terena. Este comitê programará atividades que levem a reflexão e ação a nossa comunidade para que juntos possamos um dia desfrutar com liberdade nossos direitos como pessoa humana"<sup>(22)</sup>*

### **1.3.1. O Nome da Organização**

Chama-se Comitê Terena. Inicialmente causou grande confusão, pois o povo estava habituado aos comitês eleitorais que são instalados por ocasião das eleições municipais. Passado o primeiro impacto e compreendendo o significado real do que se pretendia, o impasse foi logo superado.

---

(22) COMITÊ TERENA. **Na urgente busca de nossos direitos:** documentos de fundação. 1990. (mimeografado)

Com o advento da ECO 92, uma outra organização surgiu em Brasília, encabeçada por alguns Terena, o Comitê Inter-Tribal. A confusão cresceu ainda mais quando este, totalmente desligado das bases, tentou se apropriar da estrutura organizacional do Comitê Terena.

Durante a mobilização nacional, que aglutinou 101 povos indígenas e 55 organizações diferentes, este assunto chegou a causar debates ferrenhos, mas os índios trataram logo de esclarecer quem realmente estava revestido do poder de representar seu povo. Desta forma o Comitê Inter-Tribal não mais provocou divisões nas áreas Terena.

### **1.3.2. Alcance**

A organização é do povo Terena localizado no Mato Grosso do Sul em doze áreas indígenas mas, até agora, participam efetivamente dela nove áreas. As reuniões têm sempre a participação de homens, mulheres e crianças.

### **1.3.3. Início**

O início se deu em outubro de 1990 com um grupo de índios que já vinha se reunindo a fim de levar à frente a luta pela posse da terra.

### **1.3.4. Descrição do funcionamento**

São quatro reuniões anuais previamente marcadas. Até meados de 1992 estas reuniões aconteciam na cidade de Aquidauana. Por uma série de motivos (recursos, transporte, alimentação, dispersão), este local se tornou inviável e os índios optaram então por realizar as reuniões em áreas indígenas, alternando o local e propician-

do maior participação.

A organização tem um corpo de direção ao estilo da organização dos brancos, como presidente, vice, secretário, tesoureiro, etc. Além deste corpo diretivo, também, está se procurando organizar mini-comitês a fim de operacionalizar melhor as informações e decisões em cada aldeia.

### **1.3.5. Prioridades**

a) Terra: tem sido o grande eixo que assegura a existência do comitê. *“Recuperar a terra nossa mãe e exigir a justa e urgente demarcação”*.

b) Cultura: *“Incentivar o povo para recuperar a cultura, riqueza incalculável da comunidade”*.

c) Unidade: *“Lutar juntos pela nossa unidade, base firme para recuperar nossos direitos. Organizarmos internamente como irmãos, conscientes de que o povo organizado jamais será pisado”*.

d) Autonomia: *“Criar as condições para desempenhar todas as atividades políticas, econômicas, sociais, religiosas, culturais [...] sem dependência externa”*.

### **1.3.6. Formas de Luta**

Com as questões externas tem-se priorizado a pressão política (assim tem sido em relação aos processos de terra, assistência agrícola, saúde e educação). Nas questões mais ligadas aos problemas internos (divisões, venda da força de trabalho) busca-se a conscientização.

### **1.3.7. Formas de relação direção-base**

Ainda continua muito truncada. Por ser sua organização como povo, constituída de metades e castas<sup>(23)</sup>, há um embate constante, porém, saudável, na luta pelo poder interno. Quem consegue ser a maioria, ou seja, a metade ou a casta com maior representação, tem o poder. É necessário ter claro a conjugação de forças para compor a direção aglutinando as metades e as castas.

### **1.3.8. Instâncias de direção**

São sempre assumidas as decisões das reuniões. Um dado surpreendente é a interferência das mulheres. Mesmo que não apareça explicitamente, elas têm forte peso nas decisões.

O Comitê ainda não pensou na formação de seus quadros. A relação com o CIMI tem sido de apoio, colaboração e assessoria. No momento estão buscando articulação com outras organizações indígenas como suporte para o fortalecimento próprio.

## **1.4. A KAGUATECA**

### **1.4.1. O nome da Organização**

Associação dos Índios Desaldeados Kaguatega "Marçal de Souza".

### **1.4.2. Alcance**

O Estado de Mato Grosso do Sul.

---

(23) Cf. capítulo I, item 6.2 a questão das estruturas dualistas na estrutura social do povo Terena.

### 1.4.3. Início

Três fases distintas marcaram o processo de criação e organização da Kaguateca até aqui:

**1ª fase:** 1979-1985 – Conjuntura e articulação para a organização.

Processo de abertura política, campanha pelas eleições diretas, ressurgimento das organizações sociais e populares, acirramento dos conflitos indígenas e agrários em todo o país, com assassinatos de lideranças.

No Mato Grosso do Sul ocorrem despejos em várias aldeias e perseguição a lideranças, por parte de latifundiários, políticos e da própria FUNAI, através de alguns administradores.

O assassinato de Marçal de Souza em 1983 foi um dos saldos drásticos deste confronto. Este fato evidenciou a gravidade da questão para a sociedade.

Com a morte de Marçal, Marta Guarani (sobrinha de Marçal e presidente da Kaguateca) passa a fazer com mais intensidade a defesa das comunidades indígenas e, como conseqüência, precisa sair da aldeia de Dourados, e vir para Campo Grande. Aqui ela se articula com outros índios e passam a ser um canal de denúncias, nos centros urbanos, da situação vivida pelas comunidades. Esta articulação entre índios fora das aldeias era também um esforço para não perderem sua identidade étnica e para serem reconhecidos.

Em 1985 a entidade tem seu registro legal, contando com assessoria da Secretaria de Justiça do Estado, surgindo aí o termo "*desaldeado*". Criada com uma organicidade nos moldes "*brancos*", contrastando com suas formas próprias de organização, os índios assumiram a nova proposta, mas continuaram articulando-se conforme seus

métodos, fazendo eco às aldeias.

## **2ª fase:** 1885-1988 – Conjuntura/Estruturação

O debate sobre a questão indígena no país, tomou corpo. O assassinato de Chico Mendes evidenciou a gravidade da questão ambiental e o país passou a conhecer a luta dos Povos da Floresta Amazônica. Diferentes movimentos se articulam.

Os povos indígenas realizaram várias manifestações e encontros em Brasília pois a Constituição estava em elaboração. Mato Grosso do Sul via acirrar os conflitos de terra e aumentar o êxodo rural de pequenos produtores rurais e índios para as periferias das cidades.

Nessa época a Kaguateca começou a buscar articulações com entidades para apoio político e estrutural, pois pretendia organizar os desaldeados, e, para isso precisava localizá-los, identificá-los, enfim, propor-lhes formas de organização. Iniciou-se então, um trabalho de pesquisa.

## **3ª fase:** 1988-1992 – Reestruturação

A associação passou a contar com assessoria e o estatuto foi revisto, mas os índios não compreendiam a sua função. Estes e os demais procedimentos eram estranhos às formas de organização dos povos indígenas. No entanto, sob o aspecto legal, era o que permitia certa legitimidade perante a sociedade civil. Foi decidido usar a fachada legal da entidade, priorizando a organização conforme a necessidade de luta.

No primeiro momento, ficou decidido dar prioridade aos desaldeados, mais de 100 bairros e favelas de Campo Grande foram pesquisados. Houve aproximação dos índios Guató de Corumbá, e Guarani-Kaiová de Rio Brilhante, que passaram a fazer parte da associação.

Apesar das disputas entre os povos que acompanhavam a entidade, foi um período rico em debates, houve um maior reconhecimento da Kaguateca que, embora de maneira incipiente, passou a ser uma referência para a sociedade envolvente e outras organizações. Começou a servir de fórum de discussões da questão indígena.

Em 1990 foi feita uma oficina de avaliação e planejamento, com representantes Guató, Ofaié, Terena e principalmente Guarani-Kaiová aldeados. Os Guarani reivindicaram então maior presença da Kaguateca em suas lutas. Foi também referência para a formação de outras organizações, como a dos Guató, por exemplo, de quem a Kaguateca é conselheira, no estatuto. Também proporcionou o interesse de jovens índios que, sentindo-se mais reconhecidos e lembrados, ingressaram na entidade.

#### **1.4.4. Descrição do Funcionamento**

A Kaguateca conta com uma coordenação composta por representantes Guató, Terena e Guarani de Campo Grande, sendo que as decisões são tomadas conjuntamente com as lideranças do Aty Guasu. A coordenação, em Campo Grande, tenta cumprir as demandas prioritárias de cada povo, somando forças.

A administração financeira é feita pela coordenação, acompanhada por assessoria (sempre contrata-se o serviço de uma contadora para fazer os balancetes e relatórios financeiros).

#### **1.4.5. Prioridades**

Inicialmente era uma organização dos desaldeados, com articulações para consolidar a "feirinha" indígena no Mercado Municipal de Campo Grande. Com o avanço

dos trabalhos, começaram a surgir as disputas entre os Terena de Campo Grande para ocupar a estrutura da entidade. Em contrapartida, os Guarani e os Guató se manifestaram e exigiram que a Kaguateca priorizasse o trabalho de conquista da terra, de formação política e de denúncias juntamente com eles.

Hoje a prioridade é continuar a luta pela demarcação das áreas indígenas do Mato Grosso do Sul, acompanhar o processo dos assassinos de Marçal de Souza, manter e redobrar as articulações e trabalhos de formação.

#### **1.4.6. Formas de Luta**

Para a Kaguateca o concreto é fazer com que os povos indígenas manipulem o seu próprio processo organizativo e, através dele, solucionem suas necessidades de sobrevivência física, cultural e política. Ou seja, no campo político, os índios são seus próprios articuladores, fazendo contatos com instituições, movimentos, Governos, etc, para viabilizar a sua representação junto à sociedade e, no campo econômico, as organizações indígenas tentam garantir junto ao Estado, instituições e entidades, o gerenciamento dos recursos destinados ao desenvolvimento de suas comunidades. É importante apoiar e incentivar os povos indígenas na busca da garantia de seus direitos.

#### **1.4.7. Formas de relação Direção-Base**

As bases têm uma postura de respeito, principalmente para com Marta Guarani, mas cobram da entidade uma participação mais direta junto delas. Os "*desencontros*" ocorridos poderiam ser evitados se a presença da direção fosse maior. Alguns só reconhecem o trabalho quando precisam, por algum motivo, estar em Campo

Grande.

### **1.4.8. Formação dos quadros**

Os assessores da Kaguateca têm incentivado e apoiado as iniciativas para que os próprios índios direcionem sua luta, e para que isso seja parte de um processo formativo. Em 1992 produziram estudos com a coordenação em Campo Grande, e mais alguns índios, sobre diferenciação e decodificação da linguagem usada em ambientes políticos, oficiais e movimentos populares, para que as lideranças possam compreender essa linguagem. Iniciaram cursos intensivos sobre análise e conhecimento da realidade, organização e funcionamento da sociedade, organização e planejamento, povos indígenas e situação das áreas indígenas. Éder Guarani e Sueli Terena, da coordenação, foram também a Chapecó/SC, por 12 dias, para curso de formação política. Investir na formação é uma das tarefas prioritárias.

### **1.4.9. Alianças étnicas e com setores populares**

A Kaguateca é uma organização indígena, uma instância para a articulação entre vários povos para a unificação de suas ações. A diversidade da realidade de cada povo e a complexidade da relação entre eles sempre refletiram na organização e nos encaminhamentos dos trabalhos. Após a decisão de se voltar mais para os Guató, Guarani-Kaiová e alguns Terena de Campo Grande, a atuação e as relações ficaram mais tranquilas, pois as disputas acontecem mais em Campo Grande. A Kaguateca tem priorizado a articulação com entidades, movimento popular, Igreja e sociedade organizada em busca de apoio político para a luta dos povos indígenas, para defesa e a-

poio às suas reivindicações, e também para a abertura de canais de denúncias de violências sofridas pelos trabalhadores que estão no mesmo campo político.

#### **1.4.10. Instâncias de Direção**

É uma questão complicada para uma entidade que aglomera vários povos, em diferentes locais do Estado, mas tenta-se manter as seguintes instâncias:

De Decisão: dela participam a coordenação, convidados e representantes aldeados que mantêm articulação com a entidade.

De Direção: formada pelos que estão mais em Campo Grande, Corumbá e Rio Brilhante (Guató, Terena e Guarani).

De Administração: composta por duas pessoas escolhidas pela coordenação.

#### **1.4.11. Formas de relação com o CIMI**

Com o CIMI, tem mantido uma relação de apoio político para articulação, principalmente em Campo Grande, de ações conjuntas de denúncia e de pressão contra o Governo do Estado, para atendimento das necessidades dos índios aldeados. Além disso, há outras lutas somadas com setores populares.

Com a Organização Católica Cooperação para Desenvolvimento – Holanda (CEBEMO), através do CIMI, conseguiram apoio estrutural para a entidade, o que foi um passo fundamental para o avanço da organização.

## 1.5. AS ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS

- Associações rurais ou das aldeias.
- Associações da cidade ou de grupo indígena localizado em bairro.

Em meados da década de 80, houve uma grande movimentação em todo o país. Um partido supostamente de esquerda (PMDB) assumiu a maioria do governo com propostas de mudanças e investiu nos movimentos comunitários, mas seus interesses meramente politiquieiros não tardaram a aparecer.

Assim, qualquer investimento de cunho social era feito através de associações juridicamente constituídas. Desta forma, também a política indigenista do governo assumiu os mesmos moldes. A proposta global da política indigenista oficial incluía a estadualização que favorecia a operacionalização desta política. Os governos dos estados e dos municípios poderiam assim controlar mais de perto as ações nas aldeias.

Desgraçadamente, os índios das aldeias logo aderiram a este modelo e num piscar de olhos as áreas indígenas foram pulverizadas por associações, chegando a existir 05 associações diferentes numa mesma área, dividindo ainda mais o povo.

As áreas indígenas Cachoeirinha no município de Miranda e Taunay/Ypegue no município de Aquidauana servem de exemplo para o que afirmamos. Em Cachoeirinha está a AITECA (Associação Indígena Terena de Cachoeirinha); a associação "Mãos Unidas", das aldeias Campão e Babaçu; a Associação da Aldeia Argola; em Taunay/Ypegue está situada a associação da aldeia Bananal, a associação da aldeia Ipegue, a associação da aldeia Lagoinha, etc...

O que se constata nestas associações é que os objetivos são imediatistas; conseguir um trator, alguma semente para plantio ou algum recurso. Uma vez conseguidos estes objetivos, começam as divisões internas na disputa da guarda ou posse destes recursos. Os objetivos associativos e coletivos estipulados nos estatutos ficam no papel. A prática destas associações tem sido, na maioria dos casos, seletiva e corporativista.

O poder central, que no sistema tribal é vinculado ao cacique e seu conselho (ou capitão da aldeia) foi ameaçado pelas associações que concentram o poder econômico. O cacique perdeu prestígio para o presidente da associação, embora esse fato não tenha como causa somente a existência de associações. As Igrejas, os partidos políticos, as escolas, as prefeituras municipais, de acordo com seus interesses, têm agido no sentido de desestabilizar o poder do cacique.

De forma similar e, com objetivos mais ou menos equivalentes foram criadas também as associações de índios, da cidade. Aqui existe uma peculiaridade: além das associações de grupos indígenas localizados num mesmo bairro (criadas com objetivos de se obter solução de problemas comuns enfrentados pelo grupo, como, por exemplo, falta de água, luz, escola, subsistência), existem também as associações criadas com objetivos mais amplos e de cunho político, como, por exemplo, a associação de cultura nativa ou centro de cultura nativa, que procura realizar suas atividades mais no sentido de preservação e defesa da cultura indígena.

De uma forma ou de outra, tanto as associações das aldeias como as da cidade enfrentam o mesmo problema: suas formas organizativas não fazem parte da cultura indígena. São formas incorporadas. Criadas com base nas estruturas de poder do branco. A briga dos índios

entre si pelo poder surge com elas e o que parecia antes ser uma solução, torna-se mais uma dificuldade no percurso da caminhada dos povos indígenas.

## 2. As Alianças

- Articular com quem?
- O isolamento
- O CIMI

O enfrentamento às forças do capitalismo neo-liberal e principalmente às forças políticas regionais que representam o neo-liberalismo colocou para os povos indígenas uma questão muito séria: articular com quem? No ímpeto de buscar soluções imediatas para os problemas relacionados com a sobrevivência, os povos estão acostumados a fazer qualquer tipo de acordo sem perguntar quem é o interlocutor. Não raras vezes aquele que está usurpando a terra indígena cede uma pequena quantia de sementes, algumas horas de trator ou uma vaca para a festa da comunidade e as coisas continuam do jeito que convém aos dominadores. Não se trata aqui de acusar os povos indígenas. É questão de sobrevivência. É questão de consciência. Nesses momentos, no fundo, o índio não está negociando. Estrategicamente ele finge ceder, mas sabe plenamente quais são seus direitos.

Este tipo de articulação já deu provas suficientes aos povos indígenas de incontestáveis prejuízos culturais, políticos, religiosos e econômicos. Os índios perceberam que estavam ficando à margem de outros setores organizados da sociedade. Para fugir do isolamento, era necessário redefinir as estratégias de sobrevivência e buscar solução para os problemas de fundo, como a questão da terra. Perceberam então que não adiantava mais reme-

diar.

O CIMI assumiu papel importantíssimo na informação, formação e assessoria aos povos e organizações indígenas no regional. Essa presença missionária trabalhou muito para a compreensão de que o grande caminho de saída para os povos indígenas é a articulação com os outros setores oprimidos e organizados da sociedade. Articulação e organização inter-étnicas dos povos para fortalecer ainda mais as bases e das bases para fortalecer as organizações.

O elemento nucleador que lhes permitiu romper o isolamento e buscar uma articulação sólida foi, sem dúvida, a luta pela terra. As assembleias indígenas regionais e nacionais permitiram a compreensão de que somente a luta articulada geraria resultados concretos.

### **3. Os verdadeiros defensores da ecologia**

- Ecologia e Genocídio indígena.
- Índio, terra, pantanal, natureza: unidade indivisível e indissolúvel.

*“Não se pode falar de ecologia ignorando os verdadeiros defensores da natureza, os porta-vozes verdadeiros da ecologia. Seria o mesmo que querer conservar os rios sem poluição, ignorando os peixes. Esta luta ficaria sem significado. É triste sentir o peso da história sobre as comunidades indígenas no nosso mundo e, de maneira particular, no Brasil. O que se encontra é utilização, dependência, escravidão, roubo, genocídio, imposição político-religiosa e destruição total das culturas.*

*Por isso perguntamos: que sentido tem o dia do índio quando ainda hoje sentimos o peso da o-*

pressão e da morte? Quem celebra o dia do índio senão o mesmo índio? Qual o sentido da preocupação de várias instituições e entidades do governo em chamar os indígenas de meu irmão, meu cidadão, meu amigo, quando não nos sentimos tratados como tais em nossa vida e em nossa comunidade? Perguntamos então: por acaso existe um espaço no coração do governo para os problemas indígenas brasileiros? Sabemos da existência de leis, porém, elas não passam do papel, tornando-se simplesmente umas letras mortas, sem que tenham algo obrigatório para sua aplicação.

A terra para nós é vida, mas o que temos? Um pequeno espaço insuficiente para nossa sobrevivência, porque as nossas melhores terras já foram invadidas, ficando para nós terras áridas, rochosas e sem água. É triste observar diariamente a perda constante das nossas terras que passam para as mãos dos poderosos, quando milhares de irmãos estão morrendo por falta de espaço e nos choques culturais, como é o caso das mortes dos nossos patrícios Guarani – sem que isso incomode os culpados.

Nós Terena sabemos bem o que é o peso da fome, o peso do trabalho, as promessas não cumpridas; estamos acostumados a este tipo de promessa que se renova a cada quatro anos – época eleitoral – quando nossos corações se enchem de esperanças, para depois morrer no esquecimento. Não precisamos de propostas, pois o governo sabe muito bem que caminho tomar, e tem em seu poder a força das leis: queremos, sim, atos concretos.

Não é desconhecido o problema dos Guarani: suicídios dos jovens, morte das crianças, angústia dos velhos que não encontram apoio para solução de seus problemas, só esperando a morte chegar, porque ela está acabando até com a esperança dos povos. Sabemos com certeza que a solução para a maior parte dos nossos problemas está nas mãos do governo. A luta indígena é uma luta pela vida, uma vida digna, uma luta de esperança para os nossos filhos, mas a nossa vida está sendo consumida pelas usinas, pelos madeireiros, garimpeiros e latifundiários, que pisam na esperança dos nossos povos e, assim, vão vivendo confortavelmente sobre os nossos cadáveres. Será que nós, como indígenas, um povo pobre e sofrido, podemos acolher palavras como: meu irmão, meu cidadão, um povo amigo?

Temos analisado a preocupação do governo para com os animais: proteja o peixe-boi marinho, o jacaré! As tartarugas estão protegidas por lei no Brasil: lei nº 5.197, de 31 de janeiro de 1967; portaria IBDF nº 3.481, de 31 de maio de 1973; e portaria Sudepe nº 11, de fevereiro de 1986. A lei diz: sua caça é proibida sob pena de prisão e multa por ser considerados animais em extinção. E o índio?

Não somos contra esta preocupação, muito pelo contrário, porque junto com a natureza e os animais formamos um só corpo. Mas perguntamos: qual é o nosso lugar no Brasil? Meus irmãos brasileiros por acaso já têm pensado no número de nossos patrícios, que habitavam este país a vários anos atrás? Éramos seis milhões e agora estamos reduzidos a menos de duzentos mil em todo o ter-

ritório nacional. Observamos que somos as raízes que deram origem ao que hoje chamamos esta grande República do Brasil. Mas hoje onde estão os indígenas, os primeiros moradores? Quem está com seu lugar? Que fizeram das nossas riquezas naturais, as nossas aldeias que são mais antigas do que as cidades? Onde estão os índios brasileiros? Em que mãos estão nossas terras? O que será do destino de nossos povos? Nós Terena convidamos a todos os povos irmãos a lutar unidos contra o sistema de morte”.

O texto continua com as propostas do Comitê Terena para o Governo:

“a) exigimos o cumprimento imediato no prazo constitucional estabelecido para a demarcação das terras indígenas.

b) Ampliação das áreas indígenas para que garanta a vida nas comunidades.

c) Estudo profundo e sincero acerca das terras ocupadas pelos índios, tendo como informantes os nossos patrícios mais velhos, que conhecem os verdadeiros limites das áreas indígenas. Pedimos que sejam escutados e atendidos.

d) Que a justiça brasileira tome conta dos invasores das terras indígenas e que as terras sejam imediatamente devolvidas aos seus legítimos donos.

e) Na medida em que avança a tecnologia, queremos que seja aplicada também em nossas terras, para que seja realmente fonte de vida para nós. É verdade que parte de nossa terra é produtiva, mas não temos recursos que facilitem seu cultivo. Pe-

dimos ao governo assessoramento técnico, porque estamos certos de que nosso trabalho participa do engrandecimento da nação.

f) Queremos que o governo controle a entrada de mineradoras principalmente nas terras indígenas porque elas vêm só explorar as riquezas naturais, sem se importar com a destruição da natureza e com o extermínio de populações indígenas.

g) Que o governo não só aplique os conhecimentos no preparo técnico da população indígena, mas dê a oportunidade de trabalho dentro da própria área indígena.

h) Reconhecer a comunidade indígena como parte integrante da sociedade brasileira, sem destruir sua identidade e autonomia, valorizando as diferentes culturas como patrimônio histórico nacional.

i) Respeitar os povos indígenas para que tenham a opção real de construir seu futuro a partir de sua própria herança cultural, enriquecida pela criatividade da nova geração. Para tal é necessário que se aproveite a formação democrática que é praticada dentro das comunidades, respeitando a autonomia das comunidades indígenas, garantindo seus direitos democráticos de escolha dos dirigentes da FUNAI para que a pessoa indicada seja de inteira confiança da comunidade indígena.

j) Que sejam operacionalizadas as obrigações do Estado na questão da assistência à saúde e à educação, obedecendo as normas constitucionais.

Por último, conclamamos todas as organizações de base para a luta contra o sistema de morte, valorizando e defendendo a vida, dando especial a-

tenção ao que está acontecendo com os porta-vozes oficiais da ecologia"<sup>(24)</sup>

---

(24) COMITÊ Terena. Ecologia e genocídio indígena. O Pantaneiro, Aquidauana, 20 abril 1991. p. 3.

## CONCLUSÃO

Os índios do Mato Grosso do Sul, sobretudo os Guarani, em virtude da morosidade da justiça e dos pequenos resultados obtidos no campo institucional, vêm optando, recentemente, por métodos menos ortodoxos de resolver os impasses criados pelo Estado brasileiro em relação à demarcação de seus territórios. Reocuparam áreas tradicionais em pé de guerra. Se a justiça não se ocupar em agilizar os processos que pesam sobre algumas áreas indígenas Guarani, se o Governo Federal não der vazão às muitas dificuldades enfrentadas por esse povo, a previsão é de que conflitos violentos irão acontecer na região sul do Estado. Os índios estão cansados de promessas. Querem soluções rápidas.

Os objetivos assimilacionistas e integracionistas do Estado brasileiro não conseguiram ser totalmente atingidos. Os povos indígenas se multiplicaram de forma substancial nas últimas décadas. Durante este crescimento populacional retomaram de forma admirável a vivência de seus ritos, costumes antigos e danças. Fato exemplar é o ritual **Tembetá** (rito de iniciação dos adolescentes na vida de adulto) entre os Guarani-Kaiová.

Os Terena, mesmo com a presença de até quatorze religiões diferentes dentro de suas aldeias, mantêm muito de sua tradição, dança, língua e o culto aos espíritos. É certo, também, que os Xamás, que antigamente tinham grande poder, hoje estão desaparecidos, mas a crença está viva, o espírito solidário, sobretudo das mulhe-

res, é o eixo da sua resistência.

Os Guató, após várias décadas sobrevivendo na periferia de Corumbá, não esqueceram sua história, suas lendas, as maravilhas da Ilha Ínsua. As grandes caçadas de onça são objeto de suas conversas. O sonho de retornar ao seu paraíso está agora mais perto da realidade. Estes maravilhosos canoeiros do pantanal ainda hão de remar pelos rios Paraguai e São Lourenço cantando felizes a vitória de poder ter sobrevivido a tempos tão hostis. Depois de tanta perseguição, finalmente a paz tão sonhada naquele paraíso terrestre.

Os Ofaié Xavante, renascendo das cinzas, poderão novamente retesar seu arco, tocar a flauta, dançar e cantar. Não será necessário mais fugir porque sua terra será livre.

Os Kadiwéu, últimos remanescentes da grande família Guaicuru, que no século XVI dominaram toda a extensão do Chaco, hoje confinados em sua reserva, sofrem as conseqüências da invasão e expansão agropastoril. Haverão eles também de vislumbrar, em meio a esta escuridão, os valores antigos e perenes de sua cultura centenária, para rumar ao futuro mais feliz, aquela felicidade antiga de cavalgar despreocupados, caçar, dançar, pintar-se, como somente eles o sabem fazer.

Não se trata de sonhar um sonho impossível. Pois já disse o "poeta" Dom Hélder Câmara: "*quando todos sonhamos juntos é o começo da realidade*". É este o caminho da organização que os índios vêm engendrando nesta década. Isto não quer dizer que antes eles não tivessem a sua organização social. O relacionamento externo exigiu a criação de novas formas ou instrumentos para fazer frente aos modelos de expropriação do patrimônio indígena e também para buscar soluções para os problemas indíge-

nas nestes tempos de modernidade. As Organizações Indígenas têm sido este instrumento e apontam para a real possibilidade de intervenção dos índios na máquina do Estado brasileiro, e, assim, continuar a sua resistência teimosa, sobrevivendo aos próximos 500 anos. A correlação de forças é desigual. Mas a busca de articulações com outros setores organizados da sociedade poderá vislumbrar e, ao mesmo tempo, contribuir para a construção da nova sociedade.

## BIBLIOGRAFIA

ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL, 8, 1989. **Relatório**. Campo Grande, MS: 1989. (mimeografado)

BRAND, Antonio Jacó. **Os Guarani-Kaiová e a luta por seus territórios no Mato Grosso do Sul**. Porto Alegre: 1991. (mimeografado)

CARDOSO, Teobaldo. **Relatório do SPI**. São Paulo: 1991. (mimeografado)

CENTRO ECUMÊNICO DOCUMENTAÇÃO INFORMAÇÃO. **Terras indígenas no Brasil**. São Paulo: 1987.

COMITÊ TERENA. Ecologia e genocídio indígena. **O Pantaneiro**, Aquidauana, 20 de abril, 1991.

\_\_\_\_\_. **Na urgente busca de nossos direitos**. Aldeia Bananal: 1990. (mimeografado)

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO REGIONAL DO MATO GROSSO DO SUL. **A escravidão e o abandono**: relatório sobre a situação dos povos indígenas do sul do Mato Grosso. Campo Grande, MS: 1977. (mimeografado)

\_\_\_\_\_. **Ofaié o povo do mel**. Brasília: 1991. (cartilha)

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO REGIONAL DO MATO GROSSO DO SUL. **Os suicídios entre os Kaiová.** Brasília: 1991. (mimeografado)

\_\_\_\_\_. **Dossiê Marçal Tupã-i.** Brasília: Setor de Documentação, 1985. (mimeografado)

DAMASCENO, Felisberto A. **A Organização indígena.** Brasília: 1991. (texto para debate) (mimeografado)

\_\_\_\_\_. **O CIMI e as organizações indígenas.** Brasília: 1991.

DUTRA, Carlos A. dos Santos. Ofaié Xavantes: ainda estamos vivos. **Caderno do CEAS**, n. 121, p. 31-40, maio/jun., 1989.

\_\_\_\_\_. **Relatório Ofaié Xavante:** etnohistória e identificação da área indígena. Brasília: CIMI, 1987 (mimeografado)

ENCONTRO DE MULHERES TERENA/MS, INUXOTI TOPOCÓCOCÚ SENORRICO XANÉ, 1, 1990, Campo Grande, MS. Kaguatca, 1990. (mimeografado)

FERREIRA, Antonio C. M. Marginalizados e sem terra, Terena se organiza. **Porantin**, Brasília, v. 7, n. 75, p. 7, maio, 1985.

FUNAI. **Os Kadiwéu:** relatório de campo. Campo Grande, MS: 1980. (mimeografado)

\_\_\_\_\_. **A questão Guarani.** Brasília: 1984. (mimeografado)

KAGUATECA. **Avaliação geral e análise de seu processo.** Campo Grande, MS: 1991.

MANGOLIM, Olívio. O índio Terena do MS organizam-se. **Mensageiro**, Belém, p. 7-9, mar/abr., 1991.

\_\_\_\_\_. & MEJIA, Maria Lucila. Mulheres

consagradas ao Senhor de Rosto Indígena.

**Convergência**. Rio de Janeiro, v. 26, n. 241, p. 143-45, 1991.

MELIÁ, Bartolomeu et al. **Los Pai-Tavyterã**: etnografia Guarani del Paraguay contemporáneo. Assunção: Centro de Estudios Antropológicos, 1976.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O dualismo Terena. **R. Museo Paulista**, São Paulo, v. 16, p. 253-62, 1965/66.

PENTEADO, Yara. **A condição urbana**: estudo de dois casos de inserção do índio na vida citadina. Brasília: 1980. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Universidade de Brasília, 1980.

PREZIA, Benedito. A chegada dos ARUAK. **Porantin**, Brasília, n. 6, jul/agos., 1988. Suplemento.

\_\_\_\_\_. A invasão do Centro Oeste: os índios cavaleiros. **Porantin**, Brasília, v. 2, n. 8, p. 1-3, out., 1987.

\_\_\_\_\_ & HOONAERT, Edmundo. **Esta terra tinha dono**. São Paulo: FTD, 1989.

RODRIGUES, J. Barbosa. **História da terra matogrossense**. São Paulo: Editora do Escritor, 1983.

ROSSATO, Veronice Lovato. **A organização dos Kaiová no Mato Grosso do Sul**. Dourados: 1990. (mimeografado)

SGANZELA, Alfredo. **A história do Frei Mariano de Bagnaia**: o missionário do Pantanal. Campo Grande, MS: FUCMT, 1992.

SILVA, Fernando A. Terena religion. Trad. de Egon Shaden. **Acta Americana**, México, v. 4, p. 214-23, 1946.

SIQUEIRA JR, Jaime Garcia. **Arte e técnicas Kadiwéu.**  
São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

SOUZA, Lécio Gomes de. **História de uma região:**  
Pantanal e Corumbá. São Paulo: Resenha Tributária,  
1973. v. 1: Pré-história tribos indígenas.

---

CIMI/MS